



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Alexandre Silva Brandão

*A greve dos praças da Polícia Militar e
do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
disciplina de Projetos Experimentais
ministrada pela Prof^a Gislene Silva
no segundo semestre de 2013
Orientador: Prof^o Ms. Ricardo Barreto

**Florianópolis
Dezembro de 2013**



Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
disciplina de Projetos Experimentais
ministrada pela Prof^a Gislene Silva
no segundo semestre de 2013
Orientador: Prof^o Ms. Ricardo Barreto
Fotos: Alexandre Silva Brandão,
José Luis Rosa Cibils, Arquivo Aprasc

Florianópolis, Dezembro de 2013



Comandante do batalhão de Florianópolis deixa o quartel após a ocupação das mulheres de praças

A greve dos praças de Santa Catarina

Sábado, 27 de dezembro de 2008, era uma hora da tarde de um dia ensolarado em Florianópolis quando o deputado estadual Amauri Soares (PDT) telefonou para seu colega Julio Garcia (DEM), então presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). Depois de cinco dias de paralisação e piquetes em alguns quartéis da Polícia Militar em todo o Estado, Garcia era a primeira autoridade do Estado a tomar conhecimento do fim do movimento.



Policiais e bombeiros e seus familiares ocupam a frente do Quartel do Comando Geral, na capital

— Boa tarde, presidente! O senhor é a primeira pessoa, além dos companheiros que estão comigo nessa sala, a saber que vamos suspender o movimento — disse Soares, que, além de parlamentar, exercia a o cargo de presidente da Associação de Praças de Santa Catarina (Aprasc) desde 2001, entidade que liderava a paralisação.

A sala em que ele se reunia com seus “companheiros” é o andar superior do quartel da 2ª Companhia do 1º Batalhão do Corpo de Bombeiros, também conhecido como “Bombeiro Central” (sic), única unidade operacional de combate a incêndio do centro de Florianópolis. Ali abrigava uma espécie de “comando de greve” ou o “estado-maior” dos membros insatisfeitos da categoria.

A segunda greve na Polícia Militar catarinense começou na manhã de uma segunda-feira, 22 de dezembro de 2008, na Praça Tancredo Neves, na capital, em frente aos poderes Legislativo e Judiciário, e foi terminar no sábado, dia 27.

Depois de fechado o quartelão do Comando Geral, a greve se alastrou para outras unidades. Na capital, a então 11ª Guarnição Especial da PM (hoje 21º Batalhão), no Norte da Ilha, e a 12ª GEPM (hoje 22º BPM), na região continental, também foram cercadas e fechadas. O 1º Pelotão da Polícia Militar Ambiental, localizado no bairro Rio Vermelho, no nordeste da Ilha, foi fechado a partir do segundo dia. Na Grande Florianópolis, também foram paralisados os batalhões de São José (7º BPM) e Palhoça (16º BPM). Em Santo Amaro da Imperatriz, a então 3ª Companhia do 16º BPM (hoje guarnição especial), também foi totalmente bloqueada. Os destacamentos de Angelina e Águas Mornas também paralisaram.

Em Balneário Camboriú, a 80 quilômetros de Florianópolis, o 12º Batalhão ficou fechado durante os cinco dias. O mesmo tempo que também ficou o 11º Batalhão, em São Miguel do Oeste, distante 655 quilômetros da capital. No Extremo-oeste, em várias cidades, também ocorreram piquetes na frente dos quartéis: Dionísio Cerqueira, Mondaí, Maravilha, Riqueza, São Carlos, Águas de Chapecó.

Em Laguna, no Litoral Sul do Estado, a 9ª Guarnição Especial ficou fechada por 24 horas

no primeiro dia. O quartel de Garopaba, também no Sul, foi obstruído. Da mesma forma, em Florianópolis, próximo da UFSC, piquetes fechando a entrada e a saída do Centro de Ensino da PM, na Trindade, e o Pelotão de Patrulhamento Tático, no Pantanal, aconteceram somente no primeiro dia. Em Chapecó, principal cidade da região Oeste, o bloqueio ao 2º Batalhão começou no segundo dia e se estendeu até a ordem final de suspensão.

As informações sobre unidades paralisadas foram anunciadas pelo *site* da Aprasc, ao longo dos cinco dias, e também fazem parte do relatório da Agência Central de Inteligência (ACI) da PM. O levantamento feito pela ACI estima que 1.200 pessoas se deslocaram de várias regiões do Estado, desde domingo (21), para promover a tomada dos quartéis.

Todos os quartéis do Corpo de Bombeiros Militar foram poupados. Somente o grêmio do “Bombeiro Central”, no piso superior, foi tomado. Além de sala de reunião do comando de greve, serviu, por dois dias, como esconderijo do presidente da Aprasc.

Essa unidade do Corpo de Bombeiros faz parte de um complexo de segurança pública que ocupa quase um quarteirão no centro de Florianópolis. Ali estão setores importantes da Polícia Militar: o Quartel do Comando Geral, a Central de Operações (Copom), a Diretoria de Apoio Logístico e Finanças (Dalf) e as sedes da 1ª Região Policial Militar e do 4º Batalhão - o maior e mais numeroso do Estado. Todas essas unidades também haviam sido paralisadas e ocupadas pelos manifestantes, e onde se concentraram o maior número de praças e seus familiares.

Quando telefonou para seu colega Julio Garcia, a intenção do deputado Soares era pedir emprestado o auditório da Alesc para fazer uma assembleia da categoria e anunciar oficialmente a interrupção da tomada dos quartéis para a imprensa e a sociedade. O pedido foi atendido prontamente, mas Garcia receava que o movimento quisesse, na verdade, ocupar o Poder Legislativo.

— Presidente, se essa fosse a tática certamente, o senhor não iria ficar sabendo — argumentou Soares, sargento aposentado da Polícia Militar, pedindo ainda sigilo de algumas horas para que pudessem “desmontar as barracas”, ante algum enfrentamento com as tropas do Batalhão de Operações Especiais.

Acabava naquele instante a greve promovida pelos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina. E começava um período, sem precedentes, de punição e exclusão dos militares que participaram do movimento reivindicatório. De acordo com o atual comandante-geral da PM, coronel Nazareno Marcineiro, foram contados 258 procedimentos para investigar a participação dos policiais e bombeiros militares, sendo 188 processos administrativos disciplinares (PADs), 40 conselhos de disciplina (CDs) e 30 inquéritos policiais militares (IPMs).

A greve dos oficiais e os 2,5 soldos

Enquanto a paralisação de cinco dias de 2008 foi organizada pelos praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros - a parte de baixo da pirâmide social das corporações, soldado, cabo, sargento e subtenente - a primeira greve na história dos militares catarinenses foi dirigida pelos oficiais: tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel. Durante seis dias, entre

13 e 18 de dezembro de 2000, sob a liderança da Associação de Oficiais Militares de Santa Catarina (Acors), o movimento buscou paralisar quartéis no Estado. Apenas o 1º Batalhão de Itajaí cumpriu integralmente a missão.

No inverno de 2000, a diretoria da Acors, liderada pelo major Alvir Schneider (presidente) e pelo coronel Beneval João de Souza (vice-presidente), intensifica uma mobilização para cobrar do governador Esperidião Amin, no então chamado PPB e hoje PP, a equiparação salarial com os delegados da Polícia Civil. A diretoria já estava em campanha salarial quase um ano antes, desde a fundação da entidade, em 9 de agosto de 1999.

Com o amadurecimento do movimento dos oficiais, o major Schneider busca a aproximação de outros segmentos da segurança pública: agentes da Polícia Civil e praças. Após diversas reuniões, entre o final de outubro e começo de novembro de 2000, as associações representativas decidem unir suas forças e criar a Fepol, Federação dos Policiais e Bombeiros de Santa Catarina. Com exceção da Adepol (Associação de Delegados), compõem a nova organização: a Acors, a Assesc (Associação de Subtenentes e Sargentos), a CSCS (Centro Social de Cabos e Soldados) e a Fecapoc (Federação dos Policiais Civis).

Para atender todos os setores, é elaborada uma pauta de reivindicação unificada, pedindo especialmente melhorias de salário e das condições de trabalho. O item principal da pauta era estabelecer uma proporcionalidade de 4,3 vezes entre o maior e o menor salário, para as Polícias Militar e Civil.

O movimento por melhores salários engrossa com a adesão de outras forças e a ideia de paralisar a segurança pública durante a Operação Veraneio é levantada, o que acaba provocando a reação do governo.

Por ordem do governador Amin, o comandante-geral da PM, coronel Walmor Backs, edita uma exposição de motivos, número 171, em 27 de novembro, sugerindo ao chefe do Executivo que apresentasse um contra-proposta à apenas uma parcela dos policiais: indenização temporária de 2,5 soldos aos oficiais e pagamento de 100% da hora-extra aos praças, de até 40 horas, durante a Operação Veraneio, ou seja, de janeiro a março de 2001.

O soldo representa o vencimento básico dos militares, com base no qual são acrescidas as vantagens pessoais, como o tempo de serviço e as gratificações. A proposta do comandante multiplicaria em 2,5 vezes o soldo dos oficiais, do segundo-tenente, que na época tinha o soldo de R\$ 923,00, ao coronel de R\$ 1.327,00. Pelos cálculos de Schneider, os 2,5 soldos ofertados aos oficiais representaram “uma diferença significativa” e equivalia a “um aumento de quase 100%”, enquanto que o pagamento apenas das horas-extras para os praças era “insignificante”.

Um boletim da Assesc, de julho de 2001, apresenta dois contracheques de praças: de um soldado, com 12 anos de serviço, recebendo o salário bruto de R\$ 874,54; e o de um sargento, com 13 anos de serviço, ganhando R\$ 1.589,71, incluindo horas-extras. A matéria respondia nota publicada na imprensa, em 12 de dezembro de 2000, assinada pelo secretários Antenor Chinato Ribeiro (Segurança Pública) e Celestino Roque Secco (Administração) e pelo comandante-geral. Segundo eles, o soldado da ativa recebia R\$ 959,00 e o primeiro-sargento R\$ 1.729,00.

Na exposição de motivos, o coronel argumenta que a “indenização temporária” é para com-



Para ‘salvar seu mandato’, o então governante fraturou a indispensável hierarquia da corporação



Ex-governador Esperidião Amin
fala sobre antecessor do PMDB

pensar os policiais militares do desgaste pela “sobrecarga de trabalho durante a Operação Veraneio”, apesar de a medida não atingir os praças, que representam 90% do efetivo. Amin acata a sugestão do coronel e seu governo trabalha para convencer os oficiais a desmobilizar o movimento.

Hoje deputado federal, Amin considera que a medida foi “justa e inevitável”. Para ele, “trata-se de reparação a erro do governo anterior, em que, para ‘salvar seu mandato’, o então governante fraturou a indispensável hierarquia da corporação”. Amin se refere ao seu antecessor, o ex-governador Paulo Afonso Evangelista Vieira (PMDB), que governou Santa Catarina entre 1º de janeiro de 1995 e 31 de dezembro de 1998. Seu mandato foi marcado pelo processo de *impeachment*, iniciado pela Assembleia Legislativa no dia 30 de junho de 1997, por cometer supostas irregularidades na emissão de títulos públicos para o pagamento de precatórios.

Na época, o deputado estadual Jaime Mantelli (PDT), sargento aposentado da Polícia Militar, escolhido relator do processo de cassação, apresentou parecer favorável, mas, acabou votando contra o *impeachment*, negando seu próprio relatório. Em julho de 1997, Vieira concedeu aumento salarial de 55,85% para os praças da Polícia Militar, categoria que Mantelli representava. O presidente da Associação dos Sargentos e Subtenentes (Assesc), o subtenente Joaquim Pedro Bittencourt, disse à época que o valor era para promover isonomia com os oficiais, já que, dois anos antes, Vieira tinha concedido aumento exclusivo aos oficiais.

Com essa negociação, o deputado Mantelli foi reeleito, mas Paulo Afonso Vieira perdeu a reeleição para Amin.

Em assembleias regionais, a gratificação exclusiva aos oficiais é rechaçada. O major Schneider defende, entre as lideranças da Fepol, uma greve de 24 a 48 horas, com data marcada para começar e terminar, na virada do ano e início da Operação Veraneio. Ele é voto vencido.

No dia 8 de dezembro, sexta-feira, uma assembleia estadual unificada reúne cerca de dois mil profissionais da segurança pública e decide rejeitar a contra-proposta do governo e marcar a paralisação a partir do dia 13. A decisão foi colocada no papel: a PM deve ficar “aquartelada” e a PC “paralisada”. O compromisso das lideranças da Fepol era manter uma pauta única.

No dia anterior, o comandante-geral da PM, coronel Walmor Backs, decretou sobreaviso nos quartéis, dificultando, ou até mesmo proibindo, o deslocamento de policiais. Em declarações à imprensa, o major Schneider comparou a atitude de seu comandante com as do “tempo da ditadura militar”. Houve uma situação tensa no 11º Batalhão da PM de São Miguel do Oeste. Cerca de 200 policiais militares e civis e familiares não conseguiram embarcar na noite de quinta-feira rumo à capital. Os manifestantes já estavam dentro dos ônibus quando foram surpreendidos com a ordem de sobreaviso, impossibilitando-os de deixar o extremo-oeste.

Em Dionísio Cerqueira, na fronteira com a Argentina, policiais militares, no mesmo instante que ocorria a assembleia, informavam que podiam fechar a alfândega como forma de protesto, aumentando a tensão no extremo-oeste e em todo Estado. A promessa foi cumprida, por duas

horas, no dia 15.

Na quarta-feira, 13, data combinada para início da paralisação e piquete, o movimento não alcança o esperado. O 1º Batalhão teve a participação “mais significativa”, recorda o presidente da Acors à época. Em Joinville, não houve paralisação. Na região da Grande Florianópolis, o 4º Batalhão, que atendia a Ilha e a região continental, e o 7º Batalhão (São José) tiveram piquetes relâmpagos. Chapecó e Criciúma também tiveram adesão tímidas. Em Tubarão, não houve adesão.

O jornal *A Notícia* descreveu a paralisação na edição do dia 9:

“Durante todo o dia de ontem [08/12] mais de 100 policiais militares ficaram parados - alguns com esposa e filhos - na frente do batalhão da PM, no Centro de Itajaí. Policiais que estavam de folga e da reserva também participaram do protesto. Durante todo o dia, todas as viaturas ficaram dentro do batalhão. Não houve policiamento nas ruas”.

Os comandantes dos batalhões existentes, todos tenentes-coronéis, assinam um documento dirigido ao coronel Backs no qual afirmam fidelidade ao comandante-geral, no sentido de reestabelecer a “hierarquia e a disciplina” na corporação. O comunicado, assinado em 19 de dezembro de 2000, ainda situa o mês de março de 2001 como data fatal para o governo resolver a questão salarial dos militares “para que não haja novas ações de descontentamento”. Um dos signatários é tenente-coronel Eliésio Rodrigues, então comandante do 4º Batalhão.

Enquanto tentava fechar os acessos ao 4º Batalhão, o major acaba se desentendendo com o comandante Rodrigues. Foi a primeira de outras tantas divergências. Schneider recorda que, na época, Rodrigues era defensor da família Amin. “A gente teve algumas discussões, inclusive na frente do batalhão, eu como líder do movimento e ele enquanto comandante”. Anos depois, o tenente-coronel se tornaria comandante-geral da Polícia Militar durante o governo do principal rival de Esperidião Amin (PP), Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

Para ajudar a resolver o problema, o deputado estadual Jaime Mantelli (PDT) chegou a propor ao comandante-geral uma correção salarial parcelada, a partir de gratificações paritárias e proporcionais, conforme previa a lei complementar que regulava o plano de cargos e salários dos policiais. Sem sucesso.

A proposta do governo de conceder aumento diferenciado apenas para os oficiais quebrou a unidade da segurança pública e fragilizou a paralisação. “A oficialidade, que estava a favor do movimento, mas que não estava engajada na diretoria, esvaziou o movimento”, lembra Schneider. Para Esperidião Amin, a medida recompôs a hierarquia. “Isto é fundamental numa organização militar”, assegura, apesar de “desagradar *trotskistas*, na época disfarçados em defensores dos praças”.

O então sargento Soares, na época, não fazia parte da diretoria de nenhuma entidade, mas ajudou os diretores da Acors e da Fepol a percorrer alguns batalhões. Era uma liderança em ascensão. Hoje, avalia aquele período: “O que aconteceu entre o dia 8 e o dia 13 é que a maioria dos oficiais foi convencida de que receber uma gratificação de 2,5 soldos era um ótimo negócio.



A gente teve discussões na frente do batalhão, eu como líder do movimento e ele como comandante



Então major Alvir Schneider sobre coronel Eliésio Rodrigues



Os oficiais foram convencidos de que receber uma gratificação era um ótimo negócio. E abandonaram o movimento



O então sargento Amauri Soares sobre a greve de 2000

E abandonaram o movimento. Abandonaram a própria diretoria. E o major Schneider, hoje tenente-coronel da reserva, peleou muito para manter a posição.”

Na verdade, os oficiais já haviam sido convencidos pelo governo bem antes do da assembleia e da paralisação. Diante da proposta do governo, a diretoria da Acors foi praticamente obrigada a realizar uma assembleia da categoria para deliberar sobre a aceitação dos 2,5 soldos. A reunião aconteceu na sede do Clube Barriga Verde, na Trindade, antes da assembleia estadual unificada, e os oficiais decidiram aceitar a proposta de Amin.

O então major ficou, como ele mesmo diz, em um “mato sem cachorro”. Por um lado, era defensor da unidade entre os segmentos da segurança e achava que aquele era o momento para a base conquistar um reajuste salarial melhor. Por outro, deveria representar os interesses

e as decisões da oficialidade, que o elegeram presidente:

“Eu comecei a receber uma pressão muito grande da categoria. Você fica consciente de que houve uma grande sacanagem, com uma parte significativa dos que estavam na briga, que eram não só os policiais militares, também os policiais civis de base, enquanto que oficiais e delegados foram de alguma forma atendidos, só que aí você fica sem ferramenta, eu não posso falar nada enquanto presidente da associação, quando eles fazem uma assembleia e dizem o contrário daquilo que eu quero falar.”

Após a suspensão do movimento, abriu-se uma onda de processos administrativos e na Justiça Militar. Até hoje não se sabe a quantidade de procedimentos realizados, nem as punições aplicadas, mas o major Schneider, apontado como principal líder da Polícia Militar, acabou respondendo a sete inquéritos policiais militares (IPMs). O IPM é uma peça que apura possíveis crimes militares.

Sete meses depois da paralisação, em 17 de julho de 2001, o promotor de Justiça junto à Justiça Militar, Sidnei Eloy Dalabrida, apresentou denúncia contra 16 PMs, que, segundo ele, se uniram para a “prática de motim, passando a aliciar policiais militares estaduais e a incitá-los à indisciplina e desobediência, atingindo assim de forma direta os princípios fundamentais da hierarquia e disciplina”. Os oficiais major Alvir Schineider, presidente da Acors, e o coronel Beneval João de Souza, vice-presidente, e os praças sargento José Andrino Mafiolete, presidente da Assesc, e o cabo Dilmo Francisco Vieira, presidente da CSCS, são apontados como “líderes estaduais”. Entre os denunciados, 10 praças lotados no 1º Batalhão são citados por ocupar “posição de destaque e liderança no movimento” em Itajaí. Além deles, também foram incluídos 114 praças por aquartelamento e deixar de “cumprir as escalas de serviço” no 1º Batalhão. O capitão Sérgio Luiz Fernandes Gazolla é outro oficial apontado por organizar uma passeata em Joinville e fazer discursos “com forte conteúdo subversivo”.

Três dias após a denúncia, o juiz-auditor Getúlio Corrêa, da Auditoria da Justiça Militar, acata o parecer do Ministério Público e encaminha ofício ao Comando Geral da PM convocando

os primeiros denunciados a interrogatório de processo-crime. Ninguém foi excluído da PM como condenação, mas muitos receberam punições administrativas e dezenas ficaram respondendo processos na Justiça durante anos. “Ao final de tudo”, resume Schneider, “acabou não dando nada, mas eu fiquei, acho, que sete anos sendo processado na Justiça Militar, principalmente eu e o coronel Beneval” - vice-presidente da Acors durante o episódio.

O sargento Edson Fortuna, um dos policiais excluídos por causa de participação no movimento de 2008, recorda a primeira paralisação de 2000: “Apenas o 1º Batalhão entrou efetivamente no movimento de paralisação, nos moldes definidos por aquela assembleia de 8 de dezembro de 2000. Resistiram bravamente, num aquartelamento garantido exclusivamente por praças. Foram convencidos a abandonar o movimento, mediante o argumento de que nada mais poderiam fazer sozinhos.”

Para o boletim da Assesc, de “aliados” os oficiais se transformaram em “carrascos”. Em um primeiro momento “estavam a favor dos praças” e, após receberem o “estímulo de dois soldos e meio”, passaram a “perseguir os subordinados”. Sempre precisar o número, o boletim afirma que “centenas de praças foram indiciados em inquéritos policiais militares (IPMs) e processos administrativos disciplinares (PADs)”. “A maioria dos indiciados são do 1º Batalhão de Itajaí, onde as deliberações do movimento foram cumpridas à risca”. Como punição, muitos foram transferidos de Itajaí para Balneário Camboriú e Brusque. Em reunião, registra o boletim, a diretoria da Assesc decidiu nunca mais realizar manifestação unificada com os oficiais “já que a grande maioria traiu as reivindicações conjuntas”.

“Essa mácula ficou na consciência de cada praça”, relembra com amargura o sargento Fortuna, um dos líderes da greve de 2008, “enquanto os oficiais ganharam um incremento salarial significativo, os praças, que efetivamente fizeram o que havia sido deliberado, foram punidos, humilhados, tiveram que responder inquéritos e processos administrativos”.

Depois de 13 anos, hoje o deputado federal Esperidião Amin reconhece que o movimento teve “vários aspectos positivos”. Ele destaca a “reclamação de atenção maior a quem está na ponta, isto é, na atividade fim”. Segundo o ex-governador “essa reclamação ainda não foi atendida”.

A criação da Aprasc

Chega março de 2001, termina o prazo da gratificação temporária e do manifesto dos comandantes de batalhão. O governador Esperidião Amin reedita a gratificação temporária de 2,5 soldos para os oficiais até o final do seu mandato, dezembro de 2002. Durante 24 meses, a gratificação temporária se tornou permanente e foi paga sob justificativas diferentes. Os praças, através de suas entidades representativas, passam o ano inteiro pedindo igualdade salarial.

A Aprasc, que hoje representa cerca de 13 mil praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, ainda não existia e seria fundada quase um ano depois da criação da Fepol. A representação dos praças era exercida pela Assesc e CSCS. No entanto, para o sargento Soares, essas duas entidades não representavam efetivamente a categoria. “Não tinham uma postura autônoma dos pra-

ças em relação aos oficiais. Ficou muito claro, para todo mundo que tivesse dois neurônios, que nós fomos na *rabeira* deles porque nós não tínhamos uma liderança, uma entidade representativa nossa”, considera Soares, sobre a participação dos praças no movimento de 2000.

O sargento Edson Fortuna, um dos policiais militares excluídos pela participação no movimento de 2008, adverte que essas entidades foram criadas com a tradição dos círculos militares existentes nas Forças Armadas, separando cabos e soldados de subtenentes e sargentos. Também tinha um função apenas de “recreação”.

Da mesma forma, a Associação Capitão Osmar Romão da Silva (Acors), ou Associação dos Militares Oficiais, foi criada com o objetivo de ser autônoma em relação ao governo e ao comando e fugir do papel “social” que o Clube Barriga Verde dos Oficiais cumpria. Em uma reunião com 31 oficiais, em 1999, foi decidido criar uma associação, conta Alvir Schneider, “para fazer um trabalho meio sindical”. Só não surgiu como sindicato por inteiro porque a Constituição proíbe a sindicalização de militares. “Concluimos que tinha que ser feita alguma coisa mais drástica, então a decisão daquela reunião foi de criar uma associação de oficiais, justamente para fazer esse trabalho sem aqueles problemas que tinha o clube dos oficiais, que normalmente era dirigido por um coronel veterano. Na época, a cúpula da Polícia Militar ainda era muito reacionária, muito atrelada ao poder e subordinada diretamente ao governo Esperidião Amin”.



A cúpula da PM ainda era muito reacionária, atrelada ao poder e subordinada diretamente ao governo Amin



Alvir Schneider, fundador e ex-presidente da Acors

Um grupo de filiados da Assesc, liderados pelo sargento Gilberto Souza dos Santos e pelos subtenentes Ivo Ramos e Joaquim Pedro Bittencourt (ex-presidente), entra em divergência com o presidente da entidade, o sargento Mafiolete, e começa a trabalhar para criar uma nova associação, dessa vez, composta por todos os praças, de soldado a subtenente. A posição vacilante da diretoria da Assesc em relação à cobrança da aplicação dos 2,5 soldos a todos os militares, segundo o grupo, era o fator determinante para romper com a Assesc. “O 2,5 soldos foi o elemento que *estartou*”, conta Soares.

Começou a busca de assinatura de possíveis filiados para se medir a febre da vontade da categoria. Em pouco tempo, mais de mil praças assinaram a lista de intenção de se filiar, basicamente da Grande Florianópolis: 4º Batalhão, Diretoria de Apoio Logístico e Finanças (Dalf), sede do Comando Geral, Companhia de Guarda (CPGD) e do Hospital da Polícia Militar (HPM). Convidado para compor o grupo, Soares conseguiu, em dois dias, 107 assinaturas em seu local de trabalho, a CPGD, com sede na Penitenciária da Trindade.

Depois de algumas reuniões, entre maio e junho, as três principais lideranças, Santos, Ramos e Bittencourt, resolvem mudar a tática e abandonam a ideia de se construir outra entidade. Decidem disputar a eleição da diretoria da Assesc marcada para novembro de 2001.

Mas a necessidade de se construir uma organização de representação única já estava consolidada. A quantidade de assinaturas coletadas em pouco tempo era prova desse desejo coletivo. Além de Soares, o então cabo Manoel João da Costa ajudou a construir uma nova comissão.

“Fomos conversando, criamos um grupo. Não tínhamos intenção de criar uma associação, havia a intenção de denunciar as injustiças e as iniquidades”, lembra Jota Costa, como é conhecido. Algumas pessoas foram escolhidas para participar do grupo, que aos poucos foi crescendo. Na época, não podia fazer um convite público, pois corriam o risco de sofrer alguma represália, relata Soares. “Não podíamos colocar um cartaz no quartel senão a gente ficaria preso imediatamente. Não podíamos convocar abertamente. Tinha que ser contato pessoa a pessoa.”

O que movia o grupo era a denúncia da injustiça provocada pelos 2,5 soldos pagos apenas para os oficiais. Assim, algumas atividades foram realizadas, como distribuir panfletos apócrifos nos quartéis de madrugada.

No dia 9 de agosto de 2001, o grupo participa pela primeira vez de uma atividade pública, uma manifestação unificada de servidores públicos estaduais no centro de Florianópolis. Na madrugada anterior, tinha sido feita uma panfletagem nos quartéis. A panfletagem envolveu cerca de 20 pessoas e alcançou algumas cidades do Estado, como Joinville, Lages, Criciúma, Rio do Sul e Florianópolis. Temendo um ato envolvendo militares, o comandante-geral, coronel Walmor Backs decreta prontidão em todo o Estado. “O comando agiu como quem tem culpa. Sabia que tinha um descontentamento generalizado entre os praças, e poderia um pequeno pavio acender um chama grande. Qualquer coisa que nós fizéssemos ele respondia com uma coisa estrondosa do outro lado”, recorda Soares. No ato dos servidores, participaram apenas seis policiais para segurar as faixas e distribuir panfletos.

Quando a comissão alcançou 23 pessoas novamente foi levantada a ideia de se fundar a entidade. O então sargento Gilberto dos Santos foi sondado para saber se ainda tinha interesse em criar a entidade e ser candidato a presidente. Santos era primeiro-sargento e Soares, segundo-sargento. Mesmo em um movimento de praças que pretendia romper com o mandonismo entre as patentes militares, a hierarquia ainda era fator relevante. Diante da negativa de Santos, que acabou se candidatando a presidente da Assesc, o grupo começou a trabalhar em um estatuto baseado na experiência da Associação de Praças de Minas Gerais. A Aspra-MG era a vanguarda, no país, de uma entidade que conquistou avanços em salários, no regulamento disciplinar e na carreira.

A assembleia de fundação da Associação de Praças de Santa Catarina (Aprasc) foi no dia 25 de agosto, Dia do Soldado, no auditório do Hospital Florianópolis, com 33 pessoas. Não houve uma articulação “super secreta”, como também não houve uma divulgação massiva. Apenas um convite no dia anterior. Foi constituída uma diretoria provisória, com o sargento Amauri Soares presidente e o soldado Zulmar Vieira como vice-presidente.

Os primeiros impressos e jornais foram pagos ainda com a contribuição voluntária dos 33 fundadores. O então tenente Márcio Luiz Alves, que também trabalhou como comandante na Companhia de Guarda e foi vice-presidente da Acors, foi um dos incentivadores da criação de uma associação de praças. O atual presidente da Associação de Oficiais, o coronel Fred Harry



**Não tínhamos
intenção de criar
uma associação,
havia a intenção
de denunciar
as injustiças e
as iniquidades**



Manoel João da Costa recorda
o período de criação da Aprasc

Schauffert, recorda que a Acors também contribuiu financeiramente para a Aprasc, através de Alves, para pagar o registro em cartório da entidade recém criada.

O primeiro manifesto da Aprasc não deixava dúvida quanto ao caráter da nova associação: “Desde o final do ano passado, quando o governo concedeu dois soldos e meio para os oficiais, nossa situação ficou ainda pior: continuamos com o salário miserável, e estamos agora mais desunidos. Na situação atual, não existe outra saída a não ser a unidade dos praças em torno da luta, na prática, por melhores salários.”

A Lei 254

A eleição de Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e a derrota de Esperidião Amin (no então chamado PPB), nas eleições de 2002, surgiu como um novo momento dentro das corporações militares e renovou a esperança da tropa por uma nova fase na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. A grande maioria dos praças fez campanha a favor de LHS e contra Amin. Entre os oficiais, o grupo ligado à diretoria da Acors também apoiou Luiz Henrique e entrou em campo contra Amin. No entanto, a maioria dos oficiais ficaram ao lado do candidato à reeleição, admite hoje o tenente-coronel Alvir Schneider.

Na posse de Luiz Henrique, em janeiro de 2003, a Aprasc já havia se consolidado e conquistado o papel de interlocutor privilegiado junto ao governador - o que era impensável em outras épocas. O chefe do poder Executivo nunca recebia um praça, mesmo se fosse dirigente classista. Os pleitos deveriam passar exclusivamente pelo comandante-geral da corporação.

A mobilização, promovida pela Aprasc, pela aplicação dos 2,5 soldos para todos os militares ocupou praticamente toda a agenda da entidade, apesar de firmar um tripé reivindicatório em três eixos principais: fim do regulamento disciplinar dos militares estaduais, melhoria na carreira e justiça salarial.

Durante a campanha eleitoral, apesar da insistência da diretoria da Aprasc, não foi possível realizar uma única reunião nos dois turnos entre Luiz Henrique e os praças. Mas no dia 21 de novembro de 2002, após o segundo turno, acontece uma assembleia para recepcionar o candidato eleito, no auditório da Associação de Subtenentes e Sargentos. A Aprasc era a anfitriã da festa. “O Luiz Henrique veio, ainda no clima de campanha. Ele já sabia qual era nossa bronca”, conta Soares. Quando entra no auditório, LHS encontra um soldado fardado, no meio da multidão, e segurando seu ombro, ele promete: “você nunca mais vai ser discriminado” .

— O soldado chorou, ele chorou, todo mundo chorou — recorda Soares.

Assim, o início do governo Luiz Henrique começou com um clima de namoro com os praças e boa parte da diretoria da Aprasc.

Uma medida de impacto na tropa, cumprindo promessa de campanha, foi decretar o cancelamento de todas as punições sofridas pelos policiais durante todo o governo de Esperidião Amin, “que participaram de manifestações reivindicatórias por melhorias salariais”. O Decreto nº 186, de 5 de maio de 2003, foi a primeira anistia aplicada aos militares por LHS.

De imediato, foi montada uma comissão paritária, integrada pelo governo e por representantes de cada entidade representativa da segurança pública: policiais civis (delegados e agentes), policiais e bombeiros militares (praças e oficiais) e agentes prisionais. O deputado João Henrique Blasi (PMDB), secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, no primeiro ano de governo, participou da comissão paritária desde o início. “Nós estávamos nos céu”, recorda Soares.



De janeiro a setembro de 2003, depois de 17 reuniões entre a comissão e o governo, saiu o esboço do que ficou conhecida como Lei 254 (Lei Complementar nº 254), cujo objetivo era reorganizar a estrutura administrativa e a remuneração dos profissionais do sistema de segurança pública. Mais importante, previa um reajuste salarial de até 93,81% sobre o soldo. O princípio da lei era a existência de uma escala vertical, uma relação de quatro vezes entre o maior e o menor salário, ou seja, o soldado deveria ganhar pelo menos um quarto do que recebia o coronel.

O texto original da Lei 254 ingressou na Assembleia Legislativa como Projeto de Lei Complementar nº 28, em 30 de setembro. No dia 12 de novembro é aprovado pelo Parlamento por unanimidade, sendo sancionado 77 dias depois de chegar oficialmente na Alesc, em 15 de dezembro de 2003.

O sargento Soares recorda que Blasi havia prometido, durante as negociações, pagar o reajuste referente à Lei 254 em três anos, ou seja, até o final do primeiro mandato de Luiz Henrique. Em entrevista concedida ao jornal *O Praça*, da Aprasc, em novembro de 2003, o secretário Blasi é questionado sobre qual o percentual da nova lei que o governo pagaria a partir de janeiro de 2004: Ele responde:

“O espírito da nova lei salarial, consensualizado pelos segmentos que a escreveram, é o de permitir reajustes periódicos, de acordo com a disponibilidade de caixa e as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal. Hoje, porém, não há como antever a arrecadação do mês de dezembro para estipular o percentual do reajuste de janeiro”.

Apesar de confeccionada com a participação de todos os segmentos da segurança pública, a lei nunca foi unanimidade. Então presidente da Acors durante as negociações, o hoje tenente-coronel Alvir Schneider, considera que a lei acabou enganando todo mundo.

O coronel Marlon Jorge Teza, ex-presidente da Acors por duas vezes, não participou diretamente da maior parte do trabalho de negociação. Nesse período de tratativas, quando ainda era tenente-coronel, Teza ocupava a chefia da Diretoria de Pessoal da PM e, por diversas vezes, foi convocado, pelo Executivo, para fazer “inúmeros e inúmeros” estudos sobre o impacto financeiro da lei na folha de pagamento. “Me solicitavam a todo instante, a todo momento, mas mais no sentido, como vou dizer, de embaralhar a coisa do que sair alguma coisa de concreto”, assegura.

Ele considera que a proporcionalidade imposta pela lei foi insuficiente para esclarecer sobre

que parâmetros a escala vertical deveria ser aplicada, como, por exemplo, levar em conta o tempo de serviço ou não. “A lei foi deficiente nessa parte, não deixar bem claro. Tanto é que a Justiça hoje interpreta de diversas maneiras. Nesse aspecto parece que teve até a intenção de deixar margem para discussão depois. Esse é o problema da lei.”

Perto do sancionamento, Teza já havia sido eleito presidente pela primeira vez. Nesse período, ele conquistou para a oficialidade o direito de fazer e receber o adicional de hora-extra, também chamado de “estímulo operacional”. O dispositivo começou a ser pago somente aos praças quando foi instituída a indenização de 2,5 soldos para os oficiais, em 2000.

Foi justamente mais esse “estímulo” aos oficiais que acendeu o sinal de alerta da diretoria da Aprasc, tanto que deixaram de ir ao ato de sanção da 254, irritando o governador Luiz Henrique. Naquele instante, eles não entenderam porque o governo, mais uma vez, havia cedido aos oficiais.

Em fevereiro de 2004, estoura o escândalo da casa de prostituição chamada Marlene Rica,



em Joinville. Uma força-tarefa do Ministério Público Estadual (MP) foi impedida de entrar na boate, para averiguar denúncias de exploração sexual infantil, pelo então comandante-geral da Polícia Militar, coronel Paulo Conceição Caminha, que estava na casa noturna.

O nome do secretário Blasi foi citado por duas pessoas que prestaram depoimento ao promotor César Augusto Grubba, coordenador da força-tarefa, como uma das autoridades que também estava presentes na boate. Verdade ou

não, o fato é que as denúncias acabaram derrubando o deputado Blasi da Secretaria da Segurança Pública, em abril, e interrompendo seu plano de ser candidato a prefeito de Florianópolis.

Sete anos depois, em 2011, o promotor Grubba assumiria o cargo de secretário da Segurança Pública no governo de Raimundo Colombo (PSD).

Os diretores da Aprasc atribuem a esse episódio a conquista das horas-extras pelos oficiais. Após aprovada a lei, havia sido combinada uma nova reunião com Blasi para tratar da aplicação do aumento, que acabou não acontecendo. Soares apresenta sua teoria:

— O secretário ficou na mão de oficiais e delegados. Essas coisas só estouraram depois, mas os direitos dos oficiais foram imediatamente instituídos. Tinha-se ficado de fazer uma reunião logo depois de aprovada a lei. Nunca houve essa reunião. Não houve a 18ª reunião. Bom, a 18ª reunião foi deles, na Marlene Rica. E nós ficamos chupando o dedo.

O deputado Manoel Mota (PMDB), um dos principais defensores do governo Luiz Henrique na Tribuna da Assembleia Legislativa (Alesc), chegou a fazer um discurso entusiasmado, em 12 de novembro de 2003, no dia que a lei foi aprovada:

“Esta Casa hoje está vivendo um clima memorável porque na história deste Brasil só se sabe cobrar. Cobra-se segurança pública em todos os cantos deste país, mas, na verdade, pouco

ou quase nada se faz. (...) Muitos governos tiveram oportunidade de fazer alguma coisa, mas está acontecendo agora, porque temos no governo de Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira sensibilidade. (...) Esse projeto contempla aqueles que prestam relevantes serviços de segurança pública em Santa Catarina (...)”.

Exatamente cinco anos depois, em 12 de novembro de 2008, Mota fala de forma mais crítica sobre a Lei 254:

“O governo, num esforço muito grande, já cumpriu a metade do prometido em alguns casos e em outros, mais da metade. Entretanto, tem que cumprir tudo; se é lei, tem que cumprir. Então, não tenho nada contra, acho que é direito legítimo lutar para buscar um objetivo. Todos sabem que quando esse projeto foi encaminhado para cá, era um projeto faraônico, difícil de ser aprovado. Mas foi e agora quem reivindica tem toda razão.”

Nos dois momentos, as galerias da Alesc estavam tomadas por membros da Aprasc.

Em fevereiro de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu declarar inconstitucionais trechos da Lei 254, que equiparavam vencimentos das corporações militares aos recebidos pelos policiais civis. No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4009, a tese que ganhou mais votos no plenário foi a de que qualquer vinculação de salário entre carreiras distintas do serviço público fere a Constituição Federal.

A ADI foi apresentada pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), em janeiro de 2008, a pedido dos delegados catarinenses. Foi declarada a inconstitucionalidade de partes da Lei Complementar 254/2003: o parágrafo 1º do artigo 10 e os artigos 11 e 12. O único artigo impugnado pela ADI que permaneceu válido foi o 27, que estabelece que a relação de valores entre a maior e a menor remuneração da segurança pública deve ser de até quatro vezes.

Da mesma forma que a base da segurança pública passou os anos de 2001 e 2002 pleiteando a aplicação dos 2,5 soldos a todos os policiais, os anos de 2004 e 2005 foram dedicados à busca pela integralização da Lei 254. Todo tipo de protesto foi organizado pela Aprasc para lembrar o governador Luiz Henrique da Silveira dos compromissos de campanha: panfletos, boletins, assembleias, atos e passeatas. Tudo isso acabou interrompendo o namoro entre o governo e os praças.

A primeira atitude foi a publicação de nota paga na capa do jornal *Diário Catarinense* para fazer LHS não esquecer da 254. Dezoito dias depois, na véspera de uma viagem para estudar inglês nos Estados Unidos, a Aprasc levantou uma faixa em inglês para ironizar Luiz Henrique, durante a cerimônia de transferência do governo para o então presidente da Assembleia Legislativa, Volnei Morastoni (PT):

“Mr. Luiz Henrique, we the places of a military police and fireman are waiting from thirteen months the promise wages justice” (Os praças da Polícia e do Bombeiros aguardam há 13 anos a prometida justiça salarial).



A lei foi deficiente. Nesse aspecto parece que teve até a intenção de deixar margem para discussão depois



Coronel Marlon Teza sobre a Lei 254 e a escala vertical

A transmissão do governo era uma tentativa de aproximação com o Partido dos Trabalhadores. A cúpula petista estadual e nacional estava presente. Mas o que era para ser uma festa, acabou se tornando um constrangimento para PT e PMDB.

Passeatas e assembleias foram realizadas na capital em março, junho e novembro de 2004. Os alvos principais eram a Assembleia Legislativa, a Casa da Agrônômica, o Centro Administrativo e a Secretaria da Segurança Pública.

Em março de 2004, um boletim já apontava os “15 meses de frustração” com LHS, se referindo ao número do PMDB. Em outra publicação no *Diário Catarinense*, em 15 de julho, uma carta aberta ao governador, também explicitava a frustração: “Há quase dois anos depositamos



***We the places of
a military police
and fireman are
waiting from
thirteen months
the promise
wages justice***

confiança na possibilidade de mudarmos a realidade da segurança pública catarinense. Hoje, somos obrigados a registrar que nada de substancial foi realizado.”

Também em junho, foram distribuídos 50 mil panfletos nas 50 maiores cidades do Estado. Em um ato até então inédito para os militares estaduais, no dia 15 de setembro, os praças fecharam as duas pontes de acesso à Ilha de Santa Catarina, ao lado de estudantes ligados ao Movimento Passe Livre.

Praças protestam contra LHS
antes de viagem aos EUA



A mobilização caminhava para a radicalização, pelo menos até o final do ano. A convocação da Aprasc para 1º de dezembro de 2004, chamada de “Alvorada na Capital”, foi o primeiro blefe diante do governador Luiz Henrique da Silveira. O jornal da entidade estampava a manchete “Sim, nós podemos” e insinuava no texto uma greve: “Nós praças sabemos o que é necessário e se fala em todos os quartéis do Estado aquela palavra proibida. ‘Se todos fizerem, eu faço’ é a expressão mais comum. Pois bem, façamos todos.”

“Nós iríamos parar a segurança pública. Não sei se seria igual a 2008, se ia ser maior, se ia ser menor, se ia ser mais desorganizada ou organizada. Mas estava esse clima”, descreve o sargento Manoel João da Costa, na época cabo da PM.

Para abafar qualquer radicalização, o governo cedeu e enviou para a Assembleia Legislativa um projeto de lei concedendo abono de R\$ 250,00 para os praças. A proposta foi protocolada às 14h, tramitou pelas comissões, e às 16:20 foi aprovada em primeiro, segundo e terceiro turno (redação final). Cerca de dois mil policiais e bombeiros estavam em vigília na Praça Tancredo Neves, em frente da Assembleia.

Toda essa campanha não saiu barata. Os principais líderes, de todas regiões do Estado, receberam punições administrativas e enfrentaram processos disciplinares e prisões. Como a relação entre a Aprasc e o governador Luiz Henrique voltaram a ficar amistosas, muito por causa da concessão do abono, uma nova anistia foi conquistada. Em 15 de dezembro de 2005, na véspera de ano eleitoral, LHS promulga o Decreto nº 3.851, cancelando, mais uma vez, as “punições sofridas pelos militares estaduais em manifestações reivindicatórias”.

Outra conquista, ainda mais importante, foi um reajuste de 20% sobre o soldo, depois de

pressão e negociação entre agosto e novembro de 2005. Somado ao abono do ano anterior, o valor, pelas contas do governo e da Aprasc, equivalia a cerca de 50% de todo reajuste prometido na Lei 254. Centenas de promoções para oficiais praças também entraram no pacote de bondades de 2005.

O ambiente para a campanha de reeleição de 2006 estava pronto.

A preparação da greve

Com a reeleição de Luiz Henrique da Silveira, surgiu uma nova expectativa de cumprimento da Lei 254. Em 2006, a Aprasc e o governo tinham retomado as conversações e trabalharam juntas, de novo, pela reeleição do candidato do PMDB, que novamente enfrentava Esperidião Amin. Em uma assembleia histórica, com cerca de 1.300 pessoas, em 17 de outubro de 2006, a Aprasc reuniu os dois candidatos que disputavam o segundo turno, LHS e Amin, deu o mesmo tempo para cada um fazer sua propaganda e abriu espaço para a sabatina dos associados. Luiz Henrique passou a maior parte do tempo respondendo perguntas e ouvindo sugestões. A cada ideia ele se dirigia ao seu ex-secretário da Segurança Pública, reeleito deputado estadual, João Henrique Blasi, e ordenava: “Anota aí, Blasi”. A assembleia aplaudia.

Colocado em votação quem os praças escolheriam para apoiar no segundo turno, Luiz Henrique venceu com a imensa maioria dos braços levantados. Só não foi unanimidade porque 18 pessoas levantaram o braço em defesa de Amin. LHS venceu aquele turno com 1.685.184 votos, apenas 173.268 votos a mais. Na avaliação do ex-presidente da Aprasc, sargento Amauri Soares, o apoio ao candidato do PMDB foi quase natural. “O Luiz Henrique no primeiro mandato dele, de 2003 a 2007, foi razoável, foi um governo que teve horas que fechou a porta para o diálogo conosco, mas também teve momentos de abertura, e o Amin nós não tínhamos nunca falado com ele”, conta. “Ele foi o único governador que, efetivamente, conversou com os praças. Nunca antes na história de Santa Catarina um governador tinha feito reunião para receber entidade de praças”, recorda.

Até hoje, os diretores da Aprasc acreditam que os votos da categoria foram essenciais para suas duas vitórias. “Temos a consciência que participamos efetivamente desse processo eleitoral, já que na primeira eleição a diferença foi de 20.724 votos e na segunda, 173.268 votos”, garante o sargento Manoel João da Costa, que em 2006 assumiu a presidência da Aprasc interinamente.

Outro ponto que contava a favor da expectativa dos praças era a eleição do presidente da Aprasc, o sargento Amauri Soares, a deputado estadual. Com 40.108 votos, foi o 21º mais votado e o único a receber votos nos 293 municípios do Estado. Desde 1990, os militares sempre elegeram um representante para a Assembleia Legislativa. A diferença é que, dessa vez, os praças tinham eleito um representante visceralmente ligado à associação de praças.

Segundo o ex-governador Esperidião Amin, sua derrota eleitoral em 2002 foi o efeito da coexistência entre política e politicagem. Ou seja, ele não considera que a concessão de 2,5 soldos exclusivamente para os oficiais foi relevante. Já em 2006, no entanto, o atual deputado



federal avalia que tanto os diretores dos praças como LHS foram cúmplices da mesma “mentira”. “A Lei 254 mereceu o ‘perdão’ das lideranças da Aprasc. Preferiram respaldar o engano de que foram coautores a rever suas posições. Em resumo, estavam tão comprometidos com a mentira que ajudaram a criar que não tiveram coragem para rever posições. Essa atitude não é incomum”.

Antes da campanha eleitoral, no carnaval de 2006, a assessoria do governador fez um convite para um encontro secreto entre Soares, e quem ele convidasse, e Luiz Henrique. Não era a primeira vez que LHS se encontrava com o presidente da Aprasc secretamente. Algumas reuniões não podiam ser públicas para não gerar conflito com os oficiais da Polícia Militar. A maioria era feita dentro do próprio carro oficial do governo.

Em um desses encontros reservados foi tratada a anistia de 2005. Soares e sua mulher, Edileuza Garcia Fortuna, foram avisados para esperar em determinado ponto da cidade. Luiz Henrique chegou em um carro oficial e mandou o casal entrar. Olhando para Edileuza, conta Soares, o governador prometeu que ela “nunca mais voltaria a chorar”, se referindo às ameaças de prisão do marido. A mesma frase que ele usou para um soldado em 2002. E o sargento Soares voltou a ficar com a ficha funcional com o comportamento “excepcional”.

A reunião secreta de 2006 foi dentro de um avião que levaria o governador para participar do carnaval de Joaçaba, um dos mais tradicionais do Estado. Naquele voo, Luiz Henrique, Jota Costa e Soares trataram do cumprimento da Lei 254 e da sanção do plano de carreira, que já havia sido aprovado na Assembleia Legislativa.

“Por coincidência ou não, acabamos dormindo no mesmo hotel”, recorda Soares. “No outro dia, fomos tomar café e dali a pouco sentou o Luiz Henrique do nosso lado. Foi nessa mesa de café que ele garantiu: ‘tão logo eu reassuma, em 15 dias nos reunimos para fazer o calendário de pagamento do que falta da 254’.”

Luiz Henrique toma posse, em seu segundo mandato, no primeiro dia de 2007, passam-se 15 dias e nenhuma reunião ocorre com os representantes da Aprasc, nem extraoficialmente. O governador só volta a se reencontrar com os praças em 1º de fevereiro, na posse de sargento Soares. Em cima de um caminhão de som, com centenas de praças de testemunhas, que estavam na Assembleia Legislativa para assistir o representante da categoria ser empossado, Luiz Henrique pediu mais 15 dias para uma nova reunião, que acabou nunca acontecendo.

Em março, o presidente interino, o então cabo Jota Costa, declara estado de mobilização entre os praças e convoca uma assembleia para o dia 15 de maio. A assembleia ganha número com a integração de outros setores da segurança que também estavam interessados no cumprimento da Lei 254. Praças, policiais civis, dessa vez organizados através do Sintrasp (Sindicato dos Trabalhadores em Segurança Pública), e agentes prisionais, filiados ao Sintespe (Sindicato

dos Servidores Públicos), fazem uma assembleia unificada. Enquanto as três mil pessoas estão reunidas no auditório da Associação Catarinense de Medicina, a 800 metros dali, no Centro Administrativo do governo, lideranças das três entidades e técnicos do governo debatem uma solução até o anoitecer.

Sem resultado na negociação, os agentes da segurança ocupam as faixas da rodovia SC-401 (Norte da Ilha), sentido bairro, e decretam greve na Polícia Civil e Militar e nos presídios. Policiais militares, bombeiros e agentes prisionais não param o trabalho. Os policiais civis conduzem a greve por uma semana. Nos cálculos do sindicato, a paralisação alcançou 75% dos servidores. O governo diz que não chegou a 30%.

O movimento foi suficiente para estragar, mais uma vez, a relação do governo com a Aprasc, praticamente encerrando o diálogo direto. Hoje, Soares conta que esse episódio foi “significativo” para ele e para a diretoria. “Esse foi o dia que *caiu a ficha*, porque a gente percebeu que as promessas de amor eterno de 2005 e 2006 tinham sido mentirosas, os 15 dias eram mentira, era só uma forma de se livrar de uma situação constrangedora na frente de uma massa de praças”.

No entanto, a “ficha” já deveria ter caído no dia 10 de janeiro, quando Luiz Henrique empossou o coronel Eliésio Rodrigues comandante-geral da Polícia Militar, em uma cerimônia realizada na frente da escadaria da Catedral Metropolitana de Florianópolis. Rodrigues sempre foi identificado com a família Amin, o que causou estranheza no meio político. Ele também foi responsável pelas principais punições aos dirigentes da Aprasc enquanto comandava o 4º Batalhão da PM, na capital, e o antigo Comando Regional do Policiamento Metropolitano.

A diretoria da Aprasc ficou sabendo que o coronel Rodrigues seria indicado, no final de 2006, em uma reunião ocorrida no Residencial Dom Manoel, no bairro Agronômica, no apartamento particular do então governador Eduardo Pinho Moreira, que assume a titularidade do cargo com o afastamento de Luiz Henrique para disputar a reeleição. Naquele dia, eles comunicaram a insatisfação com o novo comandante. Mas não foram atendidos.

O restante do ano de 2007 e durante todo ano de 2008 foram dedicados a novas mobilizações e uma campanha mais intensa, através da mídia, de *outdoors* e atos de rua nas principais cidades. A tática da direção da Aprasc passou a ser de constranger o governador publicamente.

A abertura dos trabalhos na Assembleia Legislativa, com o pronunciamento oficial do governador reeleito Luiz Henrique da Silveira, no dia 6 de fevereiro, foi um desses momentos de constrangimento. Ao lado do seu novo vice Leonel Pavan (PSDB), LHS teve que fazer seu discurso diante de dezenas de policiais e bombeiros segurando, cada um, cartazes amarelos com a frase “Governador Luiz Henrique, chega de enrolar! Lei 254 já!”.

Em Tubarão, Lages e Blumenau, ele também foi surpreendido, em solenidades oficiais, por manifestações de praças vestidos com a camiseta da Aprasc e segurando cartazes.

Parlamentares de todas as partes foram procurados para se posicionar sobre o pagamento da lei da segurança pública. Na edição de fevereiro, o jornal *O Praça*, editado pela Aprasc, pu-



Esse foi o dia que *caiu a ficha*, percebemos que as promessas de amor eterno tinham sido mentirosas



Presidente da Aprasc comenta relação com ex-governador LHS



Eu acredito que o governo só não paga porque não quer. Ele está deixando de honrar este compromisso



Deputado Joares Ponticelli,
opositor ao governo de LHS

blicou entrevistas com quatro deputados, dois da base do governo e dois da oposição.

Líder do governo à época, o deputado Herneus de Nadal (PMDB) disse:

“Eu já registrei, quando da aprovação do projeto de lei, a minha preocupação com a Lei 254. Quais minhas preocupações? Era de que a base da Polícia Militar não viesse a se atendida de pronto, como sempre foi. E a minha preocupação foi essa, que, quando todos sentaram para discutir a lei, aqueles que ficam na base têm mais dificuldades de fazer valer o seu ponto de vista, de erguer a voz, porque estão na condição de subordinados”.

Um dos maiores opositores ao PMDB nos dois mandatos de Luiz Henrique, o deputado Joares Ponticelli (PP) falou ao jornal:

“Eu acredito que o governo só não paga porque não quer, porque a receita tem se mostrado crescente a cada mês e o governo está deixando de honrar mais este compromisso. Falta vontade política do governo. Talvez ele não tenha mais esta preocupação porque levou os votos duas vezes, só esqueceu de pagar a sua parte no compromisso”.

Colega de partido de Ponticelli, o ex-governador Esperidião Amin hoje considera que as lideranças dos praças também são responsáveis pela Lei 254: “Acho que é complicado para a cúpula da Aprasc, que avalizou as atitudes do governo LHS dizer publicamente que foi enganada por quem ela sabia que os enganava”.

Enquanto o governo alegava o impedimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para dar aumentos, os representantes dos policiais e bombeiros argumentavam que a receita no Estado era crescente. Um dispositivo colocado na Lei 254 submetia o reajuste à arrecadação do Estado, à LRF e à “avaliação e critérios do Poder Executivo”.

De acordo com a análise do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC), a receita do Estado aumentou entre 2003 e 2008. Em 2006, a receita total arrecadada foi de R\$ 9,8 bilhões. Em 2007, R\$ 10,9 bilhões e, em 2008, R\$ 12,1 bilhões.

Um estudo feito pelo Dieese, encomendado pela própria Aprasc, apontou que o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), principal fonte de arrecadação, em 2007 aumentou 11,06%. No primeiro semestre de 2008, cresceu 12,79%, em relação ao mesmo período do ano anterior. O estudo também destacou que, no primeiro semestre de 2008, o Estado teve arrecadação recorde, incluindo todas as fontes de receita, de R\$ 4,51 bilhões.

Com dados da Secretaria da Fazenda, o Dieese revelou que o Estado cumpria os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal “com grande folga”. Pela LRF, o total de despesa com pessoal tem um limite prudencial de até 46,5% da receita corrente líquida (RCL), enquanto que em Santa Catarina, esse valor estava em 38,88%. “Há, portanto, margem para reajuste de salários”, concluiu o relatório do Dieese, feito a pedido da Aprasc, enfatizando que “a arrecadação do Estado nunca cresceu tanto”.

Para a pesquisadora do Dieese Joana Carla Felicio, responsável pelo estudo, o artigo da Lei

254 que coloca a Lei de Responsabilidade Fiscal como empecilho para aplicação do reajuste “permite grande margem de manobra para o governo instituir os percentuais previstos na lei apenas quando bem lhe entender, visto que os números estão sempre sujeitos a controvérsia”.

Enquanto o governo afirmava, através da imprensa, que o salário dos policiais e bombeiros militares catarinenses era o segundo melhor do país, perdendo apenas para o Distrito Federal, o estudo do Dieese demonstrou o valor real

dos vencimentos dos praças, em setembro de 2008: R\$ 1.478,11 (soldado), R\$ 1.643,86 (cabo), R\$ 1.853,32 (terceiro-sargento), R\$ 1.965,88 (segundo-sargento), R\$ 2.210,15 (primeiro-sargento) e R\$ 2.452,83 (subtenente).

Em agosto de 2008, mês que a entidade completou sete anos e alcançou o número de nove mil filiados, o presidente da Aprasc e deputado Amauri Soares (PDT), depois de um giro por 52 cidades das regiões Oeste, Sul, Grande Florianópolis, Planalto Serrano e Litoral, identificou uma insatisfação da tropa pelo não pagamento integral da Lei Complementar 254. Já haviam passado 15 meses do primeiro enfrentamento dos servidores da segurança pública com o governador Luiz Henrique da Silveira em seu segundo mandato. A última vez que os servidores da segurança pública, entre eles os praças, receberam aumento foi em novembro de 2005, véspera do ano em que LHS se reelegeu.

A pressão obriga o governo a abrir um canal de negociação. Primeiro em julho, com o secretário da Administração, Antônio Gavazzoni. A diretoria da Aprasc parte para a distensão e organiza um calendário de protestos e assembleias em oito principais regiões do Estado durante o final de outubro e começo de novembro de 2008.

Depois, a partir de novembro, começam reuniões semanais entre o secretário da Segurança Pública, o deputado Ronaldo Benedet, os comandantes da Polícia e Corpo de Bombeiros Militar, técnicos do governo e representantes das associações ligadas à segurança pública. No entanto, nada de concreto é acordado entre servidores e governo.

Em uma dessas reuniões, no dia 6 de novembro, o presidente da Associação de Oficiais (Acors), coronel Marlon Teza, apresenta uma proposta de pagamento parcelado, em dez vezes, do restante que ainda faltava ser pago. A ideia foi rechaçada por todos.

Na Assembleia Legislativa, a deputada Ana Paula Lima (PT), no clima de cobrança ao governo, oferece um bolo para comemorar os cinco anos da aprovação da Lei 254. Ela apresenta o bolo no plenário, faz um discurso e depois distribui em fatias na Sala de Imprensa. A deputada também parabeniza as mulheres dos policiais e bombeiros militares “que se somaram a essa luta”.

As mulheres dos policiais e bombeiros, unidas no movimento que ficou conhecido como “Mulheres que lutam”, passam de coadjuvantes a protagonistas na campanha pelo cumprimento da Lei 254. Participavam das atividades e assembleias regionais da Aprasc ao lado de seus ma-



Praças e seus familiares fecham entrada do batalhão de Lages no dia 19 de dezembro de 2008

ridos, e depois passaram a se organizar por conta própria, como uma força de apoio ao movimento dos praças. Uma autonomia consentida, como explica o sargento Edson Fortuna, diretor da Aprasc desde à época. “Embora nós não disséssemos para que elas fizessem, nós dávamos a direção, ou seja, a partir do momento que a gente colocava as coisas que estavam acontecendo e nos víamos acuados e em situação de não poder dar uma resposta à inércia por parte do governo, nós dávamos a deliberação para o que elas deveriam fazer, não de forma objetiva.”

No dia 19 de novembro, enquanto os diretores das associações retomam as negociações com o secretário Benedet, as mulheres realizam uma assembleia e uma passeata pelas ruas de Florianópolis, passando em frente à Casa da Agrônoma, residência oficial do governador, e da sede da Secretaria da Segurança Pública, na avenida Mauro Ramos, onde acontecia a reunião. Os discursos, tanto das mulheres como dos homens, é intensificar a mobilização em todo o Estado até receber uma proposta concreta ou inviabilizar a Operação Veraneio.



**Embora nós não
disséssemos
para que elas
fizessem, nós
dávamos a
direção, não de
forma objetiva**



Sargento Edson Fortuna, sobre
o movimento das mulheres

Quando o movimento atinge o auge da mobilização, o Estado é afetado por enchentes depois de um período de grandes chuvas durante o final de novembro de 2008, atingindo em torno de 70 cidades e mais de 1,5 milhão de pessoas. Blumenau, Gaspar e Ilhota, no Alto Vale do Itajaí, são os municípios mais destruídos. Contingentes de policiais e bombeiros, de outras partes do Estado menos prejudicadas, são deslocados para a região mais crítica. As negociações são suspensas, temporariamente, entre governo e servidores.

A mobilização só é recuperada três semanas depois, no dia 11 de dezembro, quando a diretoria da Aprasc realiza uma reunião e as mulheres fazem nova assembleia e passeata na capital. Mas, dessa vez, mais incisiva. Elas trancam por alguns minutos os acessos ao 4º Batalhão, ao Quartel do Comando Geral (QCG) e ao Centro de Operações da PM (Copom). O governo, com os problemas causados pela enchente, se nega a retomar a mesa de negociação.

Nesse dia, o coronel Fred Harry Schaufert, então chefe da Diretoria de Saúde e Promoção Social (DSPS), com a sala instalada no QCG, sai para comprar um remédio na farmácia e encontra, na volta, “tudo tomado de mulheres”. Por um portão na rua Nereu Ramos, “que só passa uma pessoa”, ele consegue entrar no quartel e vai direto à sala do comandante-geral. “Coronel Eliésio, aconteceu isso, isso, está acontecendo isso, isso, e elas estão subindo e vão fechar o QCG. E ele assim para mim: ‘Schauffert, está tudo sobre controle’”, relembra. “A minha missão como coronel estava feita. Fui lá e comuniquei ao comandante.” Para Schaufert, aquele piquete foi um treinamento e não estava sob controle.

Fortuna conta com detalhes o que aconteceu naquele dia. “Quando nós estávamos na reunião da diretoria, a gente ficou sabendo dessa manifestação, inclusive o pessoal parou a reunião porque havia essa conversa de que se precisava haver uma ação mais contundente”. Depois disso, os homens acompanharam a passeata e o piquete para fazer “a segurança das mulheres”.

O sargento Soares, deputado estadual do PDT à época, considera que aquela paralisação foi

uma atitude espontânea das mulheres, afinal, eram poucas mulheres e, principalmente, poucos praças “porque era uma reunião de diretoria e não uma assembleia”. “Inclusive, para demovê-las da ideia de permanecer ali, se fez um cronograma e se definiu outras cidades para fazer paralisação”, revela.

E o treinamento de “fecha-quartel”, conforme considera Schauffert, prossegue nos dias 15 em Criciúma, 18 em Chapecó e 19 em Lages. Nos quatro dias de piquete temporário, nenhum incidente é registrado. “Isso tudo como *esquenta* para a assembleia do dia 22”, conforme o sargento Soares. Na verdade, para a greve, que começaria a partir daquela data.

A greve

Nem tudo o que aconteceu na tomada dos quartéis pelos praças e seus familiares foi planejado. Ao contrário, muito do que ocorreu sequer foi imaginado. A ideia inicial, contam todos praças entrevistados, era fazer uma paralisação de 24 horas. Para o “Dia D”, como ficou anunciada a greve no *site* da Associação de Praças (Aprasc), foi marcada uma assembleia da categoria, de forma a não revelar publicamente o que eles realmente pretendiam fazer.

Nos dias anteriores, os locais de paralisação ainda estavam sendo estudados. A alfândega de Dionísio Cerqueira, na fronteira com a Argentina, era um dos locais visados. Os próprios praças da região extremo-oeste não adotaram a ideia, mas se colocaram à disposição para agir na capital.

Na véspera do Dia D, em uma reunião com alguns membros da diretoria da Aprasc, realizada no auditório do Sindicato da Saúde, ficou decidido focar todos os esforços em três regiões, Grande Florianópolis, Balneário Camboriú e Laguna, os três principais pontos turísticos do Estado. “A ideia era paralisar por 24 horas. Foi também a nossa ilusão, nosso desconhecimento, a nossa inexperiência”, reconhece o sargento Soares, então presidente da entidade.

Dia 22

Na manhã de 22 de dezembro de 2008, dezenas de ônibus, vindos de várias regiões do Estado, chegam no ponto combinado, na Praça Tancredo Neves, centro de Florianópolis. As ruas ainda estão molhadas de uma chuva da madrugada e o céu nublado ajuda a esfriar a tensão. Alguns militares chegam ao ponto de encontro fardados, como havia sido combinado. Mas a grande maioria dos policiais e bombeiros militares veste a camiseta da Aprasc. As mulheres, camisetas lilás do movimento “Mulheres que lutam”.





Parece um acampamento sem-terra. É o fim da polícia. Quem eu souber que está no greve vai para a rua



Coronel Eliésio Rodrigues, ex-comandante geral da PM

Mais tarde, ficou claro que aquela minoria fardada acabaria sendo alvo fácil de identificação dos agentes de investigação da Corregedoria da PM, conhecidos como P2. O pessoal fardado foi obrigado a trocar de roupa, mas era tarde demais. Todos já tinham sido fotografados e identificados, conforme mostram os relatórios da Agência Central de Inteligência (ACI).

De São Miguel do Oeste, saíram três ônibus com praças e familiares moradores das cidades da região extremo-oeste para a capital, incluindo as principais lideranças da região. Os dois ônibus que saíram de Chapecó, com os grevistas do Oeste e meio-oeste, foram para Balneário Camboriú. O 12º Batalhão também recebeu ônibus das regiões de Mafra, Joinville, Brusque, Blumenau, Timbó e Lages. Da região do Vale do Itajaí muitos foram para Balneário Camboriú e Florianópolis com seus carros particulares.

O subtenente Flori Mathias, morador de Mondai e um dos mais antigos filiados da Aprasc na região, estava no ônibus de São Miguel do Oeste. Antes de chegar em Florianópolis, ainda em Palhoça, recebeu telefonema do sargento Soares para se deslocar o mais breve possível até Balneário Camboriú e comandar a greve.

Em um desentendimento durante o fechamento do 12º Batalhão, um oficial prendeu o vice-presidente da Aprasc, soldado Elisandro Lotin de Souza, e a mulher de um sargento de Chapecó, Ivete Maria Zich Leuze, que já havia liderado o fechamento do batalhão de Chapecó no dia 18. Mais tarde, em um descuido do oficial, os dois conseguiram escapar, e o soldado Lotin desapareceu do movimento para não ser mais encontrado.

O subtenente Mathias relata como foi o quadro que encontrou em Balneário Camboriú: “A grande maioria, como sempre em todas as manifestações anteriores, saiu de casa para fazer um ato esperando que duraria algumas horas, ou no máximo um dia, então isso foi um dos maiores problemas que aconteceu. Foi o meu caso também, não fui preparado para permanecer mais dias. O objetivo era fazer um ato de conscientização durante um dia. Esperava-se que o governo iria atender a demanda e não teria essa necessidade de permanecer mais dias”.

O grupo de Chapecó, reuniu-se naquela mesma noite do dia 22, e resolveu voltar para a cidade de origem e fazer o fechamento do 2º Batalhão.

Antigamente chamada de Praça dos Três Poderes, a Praça Tancredo Neves se transforma, nas primeiras horas, em uma central de logística do comando de greve. É montada uma lona, para proteção contra a chuva, instalar um sistema de som e guardar apetrechos. Dali, orientados pelos principais diretores da Aprasc, colunas de militares e familiares seguem em passeata para ocupar o Quartel do Comando Geral, o 4º Batalhão e todo o complexo da Polícia Militar da Avenida Rio Branco e das ruas Visconde de Ouro Preto e Presidente Nereu Ramos, distante pouco mais de mil metros.

A tomada do Comando Geral foi tranquila. No primeiro momento, o comandante-geral, coronel Eliésio Rodrigues, apenas observa a movimentação da janela do andar superior do prédio.

Depois, desce para conversar e tentar negociar com os piqueteiros. Sem sucesso, o coronel abandona o quartel, junto com seus oficiais imediatos, e deixa apenas a guarda protegendo a entrada principal. Enquanto observa pela janela, o coronel telefona para Soares pedindo a desocupação imediata. “Eu estou aqui na minha janela olhando lá para baixo, estão montando barracas, parece um acampamento sem-terra. É o fim da polícia. Estou vendo daqui, dá para contar subtenente, eu vou botar esses sub tudo para a rua, quem eu ver, quem eu souber que está no movimento vai para a rua”, prometeu.

Outras colunas, de ônibus ou carros particulares, seguem para ajudar o fechamento da 11ª Guarnição Especial da PM (hoje 21º Batalhão), no Norte da Ilha, e da 12ª GEPM (hoje 22º BPM), na região continental, além dos batalhões de São José (7º BPM) e Palhoça (16º BPM). Também são enviados contingentes de manifestantes para o Centro de Ensino da PM, na Trindade, e para o Pelotão de Patrulhamento Tático (PPT), no Pantanal.

Instalada na Praça Tancredo Neves, a direção do movimento estava alheia aos problemas que começavam a acontecer nos quartéis ocupados, especialmente no ponto nevrálgico da Polícia Militar, o quarteirão do Quartel do Comando Geral (QCG). Por isso, no meio da tarde, decidiu-se deixar o local e se instalar nas dependências do Corpo de Bombeiros do Centro, cujo prédio fica exatamente ao lado do Comando Geral. O centro de atendimento do “Bombeiro Central” se transformou em sala de comando dos grevistas. Com aproximadamente seis metros quadrados, a sala mal comportava três pessoas, um microcomputador e um rádio transmissor.

Enquanto o sargento Fortuna ficava instalado boa parte do tempo nessa sala, algumas lideranças foram destacadas para comandar outros pontos do quarteirão, principalmente os portões. Esses eram os “comandantes dos portões”. As mulheres e as crianças faziam o piquete e os policiais e bombeiros ficavam próximos acompanhando e fazendo a segurança. Na frente do QCG, boa parte dos praças ficavam na Praça Getúlio Vargas, conhecida como “Praça dos Bombeiros”.

Além de fecharem os quartéis, os militares e as mulheres esvaziavam os pneus das viaturas. Os mais exaltados retiravam diretamente os ventis ou mesmo furavam os pneus.

Naturalmente, o fechamento dos quartéis não era sempre pacífico. Em vários momentos, ocorreram bate-bocas, empurrões e xingamentos.

— A gente não tinha ideia da dimensão que a coisa assume quando sai o primeiro não da boca do praça, ou do militar. O cara se transforma em outra pessoa, entra em transe. Como o mais difícil é dizer o primeiro “não senhor”, depois de dizer matar ou morrer dá empate, porque o cara já é criminoso pela legislação militar — explica Soares.

A ideia de começar o movimento fardado foi formulada em uma reunião em Campos Novos, meio-oeste do Estado. O encontro, na Associação 25 de Julho, foi ampliado para além da diretoria da Aprasc, incluindo lideranças regionais e as esposas mais destacadas do movimento “Mulheres que lutam”. Nesse dia, foram elencados alguns pontos-alvos, entre eles, a fronteira seca no extremo-oeste, que acabou sendo rechaçada pelos próprios praças da região, e o porto



O mais difícil é dizer o primeiro “não senhor”, depois dizer matar ou morrer dá empate, porque já é criminoso



Sargento Amauri Soares,
ex-presidente da Aprasc



Fechamento do 4º Batalhão em Florianópolis

de Itajaí, que também foi descartado porque já estava paralisado com a enchente. Aeroportos e rodovias também foram citados.

Na avaliação de Fortuna, a paralisação tinha o objetivo de chamar a atenção do governo e da mídia para a demanda de aumento salarial. E as instalações militares foram escolhidas como alvo porque a categoria via no quartel “um instrumento de domínio” de seus anseios. “Havia um segmento de trabalhadores reprimido fortemente e que estava, naquela época,

tendo como necessidade muito maior, talvez, de ver os seus próprios grilhões serem quebrados”, teoriza o sargento, que também é bacharel em Serviço Social.

Por outro lado, para o coronel Marlon Teza, presidente da Acors na época, o “grande erro estratégico” do movimento foi o alvo. “Não podia ser os quartéis apenas, porque a PM e o Comando nada tem a ver com isso. O alvo devia ser o governo”. “Todo mundo sabe que, no fundo, tudo que aconteceu não foi por culpa do comandante, mas do governo”, avalia.

“Nosso temor como diretoria era de que o alvo não poderia ser só o quartel, que precisava em algum momento a gente atingir outros locais, mas acabou que virou a única e ficou cômodo, inclusive para o governo, tanto que eles demoraram inclusive até a se manifestar”, analisa Fortuna. No início, o governo jogou a bola para o próprio Comando resolver a situação.

No final das contas, Fortuna também considera que foi um “erro estratégico” o período escolhido, no final de dezembro de 2008, depois de o Estado enfrentar enchentes em mais de 70 cidades. “Eu acho que faltou avaliar o cenário negativamente. Nós tínhamos como certa a negociação”, diz.

Vários oficiais consideram que a ação de ocupação de quartéis não foi surpresa, mesmo assim não foram tomadas medidas preventivas e de salvaguarda das unidades paralisadas. Em entrevista, o coronel Schauffert insinua diversas vezes que “gente importante dentro da estrutura da Polícia Militar” sabia o que iria acontecer. “Eu acho que alguém sabia o que ia se desenrolar, que estava sendo informado e fez ouvido de mercador, e deixou para ver o que ia rolar”, revela.

Ele não identifica ninguém, mas conta a história de um encontro que acabou presenciando, sem querer, entre o coronel Rodrigues e o então vice-presidente da Aprasc, Elisandro Lotin de Souza, atual titular da entidade. Schauffert retornava de uma viagem a trabalho em Joinville, quando observou o comandante-geral parado às margens da BR-101 em Tijucas (SC), próximo à cerâmica Portobello, fumando encostado no porta-malas de seu carro oficial, um Ford Fusion preto. Ele fez o retorno, parou e perguntou se havia algum problema. Antes de obter a resposta, chegou o diretor da Aprasc. Como não havia sido convidado para o encontro, Schauffert deixou o local sem entender direito o que estava acontecendo. Questionado sobre quem seria essa pessoa “importante”, ele responde: “De repente, alguém que ficou parado ao longo do caminho, fumando à noite”.

Ainda no primeiro dia de paralisação, uma reunião secreta em uma casa no Morro do Céu, em Florianópolis, avaliou que aquela paralisação não tinha surtido efeito para forçar negociação com o governo. Por isso, foi decidido continuar a quartelada. O encontro foi feito distante dos locais de ocupação para evitar uma possível prisão dos cabeças do movimento. Estavam na reunião o subtenente Flori Mathias, os sargentos Edson Fortuna, Amauri Soares,



Pedro Paulo Boff Sobrinho, Tito Leonir Schüller, Manoel João da Costa e Antônio Edilson Gomes de Medeiros, e o soldado Antônio Francisco da Silva. O subtenente Mathias, que estava na direção do movimento em Balneário Camboriú, viajou a Florianópolis apenas para participar dessa decisão. Algumas representantes do movimento das mulheres também participaram.

A paralisação, que inicialmente atingiria três cidades, acabou se espalhando em direção ao interior do Estado e para cidades menores da Grande Florianópolis.

Praticamente todos os diretores da Aprasc do extremo-oeste estavam em Florianópolis. Para garantir o fechamento do batalhão de São Miguel do Oeste foi preciso contar com a ajuda de apoiadores com menos experiência. No 11º Batalhão, o soldado Elton Biegelmeier é chamado a agir pela direção em Florianópolis. Ele tinha acabado de chegar para trabalhar, era uma hora da tarde, quando recebe uma ligação do sargento Pedro Paulo Boff Sobrinho, vice-presidente regional da Aprasc, com ordens de fechar o quartel.

— Nós temos três homens nossos em Florianópolis. Vamos fechar o quartel de que jeito? — questiona.

— Te vira, arruma gente aí, convoca a *galera*, dá um jeito — responde Sobrinho.

Três telefonemas e trinta minutos depois, recorda Biegelmeier, o batalhão já estava trancado. Enquanto o soldado fazia ligações convocando seus colegas, as mulheres e os policiais da ativa, de folga, e os aposentados já montavam a barraca para formar os piquetes. “Aquela semana ali foi ruim, foi difícil, foi uns dos piores tempos da minha vida, o telefone não parava de tocar, 50, 60 ligações perdidas, tudo passava por mim, que nem era diretor”, relembra aqueles dias de paralisação.

Dia após dia, os quartéis na região do Oeste e extremo-oeste eram paralisados: São Carlos, Águas de Chapecó, Itapiranga, Mondaí, Riqueza, Dionísio Cerqueira, Maravilha, Iraceminha, Flor do Sertão, Modelo, Cunha Porã, Sul Brasil, Serra Alta, Bom Jesus do Oeste, Tigrinhos e São Miguel da Boa Vista. “No Grande Oeste, aqueles que não puderam se deslocar para o Litoral sentiram a necessidade de fazer algo também para poder participar e, no intervalo das escalas, esse pessoal foi organizando em seus batalhões, companhias, pelotões. Por exemplo, até aqui no município de Mondaí, onde eu resido, houve movimentação. Os policiais e os familiares ficaram, também a partir já do segundo dia, em frente ao pelotão, durante todo o tempo enquanto durou essa manifestação”, conta o subtenente Mathias.

Em Palhoça, viaturas são impedidas de deixar batalhão



Alguns praças chegaram aos quartéis e não sabiam de que se tratava de uma paralisação. Um deles foi o soldado Lauri Sassi, um dos organizadores da delegação de ônibus de Mafra destinada a Balneário Camboriú. Ele conta que quando chegou ao Litoral e tomou conhecimento do que estava acontecendo - o batalhão já estava tomado - resolveu voltar para sua cidade. Conversou com seus colegas e deixou cada um escolher se ficaria ou voltaria.

A maioria ficou e um grupo menor voltou com ele para Mafra, no mesmo ônibus, no início da noite de segunda-feira, 25. Apesar de não ser diretor da Aprasc, Sassi sempre foi uma referência na região. Por essa participação relâmpago, foi punido com expulsão.

Outro que não sabia o que estava fazendo quando chegou em Florianópolis foi o subtenente Ethel Jacomel. “Ele veio com chapéuzinho de sol e tudo”, recorda Fortuna, e a família a tira-colo. Mas quando foi enviado para a 12ª Guarnição Especial, hoje 22º Batalhão, na região continental de Florianópolis, não titubeou. Assumiu o comando do fechamento no local, por ser graduado, e sofreu as consequências. Respondeu a um consenho de disciplina e foi punido com 30 dias de prisão.

Com a tomada do batalhão do continente, o comandante da unidade, o então tenente-coronel Almir Silva, deixa seu posto e vai pedir orientação ao coronel Rodrigues. Ele tenta entrar no complexo pelo portão secundário do 4º Batalhão, na rua Presidente Nereu Ramos, mas é barrado pelas mulheres. Em posição de sentido, ele não recua e nem avança. Sem muita gentileza, as mulheres pedem para ele deixar o local. Ele não reage. Para evitar confronto, os diretores da Aprasc pedem a intervenção do coronel Rodrigues. O comandante-geral telefona para o celular de seu subordinado, mas ele não atende, fica parado. É preciso que outro oficial segure o telefone no ouvido do tenente-coronel Almir para ele ouça a ordem de sair do portão.

Dia 23

A primeira noite que os militares insurgentes passaram nos quartéis não foi a mais difícil. Na Grande Florianópolis, a estrutura estava melhor organizada. Muitos dormiram em colchões, sob lonas e barracas improvisadas. Outros dormiram dentro dos ônibus. Em Balneário Camboriú, como não houve uma organização prévia, a maioria dormiu dentro dos ônibus ou passou a noite acordado. No interior, como Chapecó e São Miguel do Oeste, local para dormir não foi problema, pois os quartéis foram ocupados por moradores da própria cidade e região, que podiam retornar para descansar em suas próprias casas.

Um dos alvos da paralisação era a Central de Operações (Copom), local onde são recebidas as ligações da população para o número 190 e despachadas as viaturas. Com o trancamento dos portões, os PMs que estavam de serviço no dia 22 ficaram obrigados a trabalhar até próximo do meio-dia do dia seguinte. A troca de serviço, que deveria ocorrer às sete horas da manhã,

não foi possível. Por ordem do comandante da 1ª Região (RPM), tenente-coronel Manoel Gomes Filho, um helicóptero da Polícia Militar foi acionado para furar o bloqueio dos manifestantes. Seis policiais esperavam no Centro de Ensino para serem levados ao Copom. O piloto da aeronave decidiu fazer duas viagens. Ao chegar com o helicóptero em um campo da Dalf, dentro do complexo, os grevistas ocuparam o local, obrigando a operação ser abortada por “questão de segurança”.



No QCG, praças dormem em barracas improvisadas

Por volta das 16 horas, conforme relatório do tenente-coronel Daniel Bernardo da Silva Filho, chefe do Copom, o atendimento emergencial do 190 foi transferido “de forma precária” para a sala de informática do Centro de Ensino, na Trindade. “Neste período, tivemos enormes prejuízos que afetaram diretamente a população da região da Grande Florianópolis, pois, conforme avaliação, tivemos a perda de 60% das ligações telefônicas”, informa o relatório. Estava cumprida uma das metas do movimento.

Outras unidades também transferiram seus comandos. O 4º Batalhão de Florianópolis passou a operar na base do Terminal Integrado do Centro (Ticen). Em Balneário Camboriú, por conta do fechamento do 12º Batalhão, o comando decidiu mudar a troca de turnos para a Avenida Atlântica.

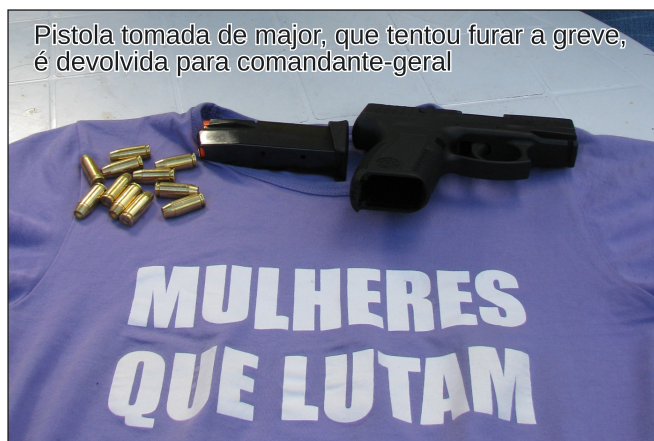
A tensão aumentava com o desejo dos oficiais de retomarem seus quartéis. Às 16 horas, o major Marcello Martinez, tenta ingressar no Quartel do Comando Geral para cumprir seu expediente, pulando o muro frontal. Ele estava sem farda, mas armado com uma pistola ponto 40, dentro do coldre debaixo da camisa. Ele é imediatamente cercado por um grupo de praças e mulheres. O oficial faz o movimento para alcançar a arma, mas é agarrado pelo grupo e tem sua pistola tomada. O episódio durou apenas alguns segundos, mas a tensão permaneceu durante todo o dia.

Sem esboçar reação, o major deixou o local e foi conversar com o sargento Fortuna, na Praça Getúlio Vargas, para recuperar sua arma. Por orientação da assessoria jurídica da Aprasc, a arma só foi entregue 40 minutos depois nas mãos do comandante-geral, que foi obrigado a assinar documento de recebimento da pistola.

Mais uma noite chegava e não surgia nenhuma perspectiva de negociação. O movimento que deveria durar um dia chega à sua segunda noite, véspera da noite de Natal.

Dia 24

Na manhã do dia 24, o secretário de Segurança Pública, Ronaldo Benedet, ao lado do comandante-geral da PM, toma a iniciativa de negociar o fim do movimento. Não se sabe se o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) tinha conhecimento da negociação. A reunião foi secreta e em campo neutro. Durou menos de duas horas e foi realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinte), no centro de Florianópolis. Uma das condições impostas pe-



los grevistas para suspender o movimento era a garantia de que não haveria punições por causa da greve.

Além do deputado Amauri Soares (PDT), participaram os sargentos Sobrinho e Jota Costa e representantes das mulheres da região Oeste e de Florianópolis. O secretário suspendeu a negociação temporariamente, dizendo que levaria as reivindicações para o governador, e retomaria a conversa no período da tarde. Mas

não houve uma segunda reunião. Acredita-se que Benedet foi desautorizado pelo governador, que, a partir daquele dia, começou a engrossar o tom contra os grevistas através da imprensa. “Esse é um movimento guerrilheiro, e não reivindicatório. Não negocio com a faca no peito”, declarou LHS ao jornal *Diário Catarinense*.

Restou aos grevistas passar o Natal nos quartéis. Pela primeira vez, policiais, bombeiros e seus familiares fizeram a ceia de Natal no seu local de trabalho. Foram providenciadas frutas e refrigerantes para simbolizar uma ceia natalina.

— A ceia foi o momento mais importante. O pessoal se reuniu, foi feita a partilha de alimentos e tudo mais. Tinha muita comida por sinal, e aí o pessoal comemorou ali mesmo o Natal — recorda Fortuna.

Para o sargento Armindo Maria, de Blumenau, a noite de Natal em Balneário Camboriú não foi tão boa como na capital. “Uma das coisas mais amargas foi que os praças passaram o Natal na frente do batalhão longe das suas famílias”, relembra.

Naquela noite de Natal, o soldado Leonel Pereira, que comandava a paralisação no 18º Batalhão (Palhoça), percorreu os quartéis da Grande Florianópolis para levar cestas e mensagens natalinas. Católico praticante, Leonel dizia estar representando o deputado Soares, que até então evitava ser visto nos piquetes para não ser preso ou obrigado assinar a ordem de desocupação da Justiça.

Dia 25

Durante todas os dias, os boatos de que os quartéis seriam desocupados pelas tropas do Batalhão de Operação Especial (Bope) eram constantes. Mas no dia 25, o que era boato indicava se tornar realidade. A partir de um contato de dentro do Bope com o soldado Adilson Eliseu Pereira, um dos comandantes de portão, foi informado que a tropa foi colocada perfilada para ouvir as instruções do comandante sobre a operação de desobstrução. A informação fez com que boa parte dos envolvidos entrasse em pânico e exigisse uma estratégia de defesa.

A reunião para traçar o plano foi feita debaixo de uma figueira no pátio da Dalf. As principais lideranças do movimento e os comandantes dos portões participaram. O sargento Tito Leonir Schüller foi escolhido o coordenador da operação. Na reunião, foi decidido que, caso fosse necessário o uso de armas, elas seriam utilizadas. Mas a tática inicial foi impedir a entrada

nos quartéis. Os piquetes humanos saíram para dar lugar a uma barricada de carros e móveis. O objetivo era impedir a entrada de qualquer viatura dentro do quarteirão ocupado.

A entrada do 4º Batalhão foi obstruída com uma *Kombi* velha. Em outra entrada, foi usado um micro-ônibus. Já na entrada do Comando Geral seria preciso um veículo maior. Caso necessário, seria colocado o caminhão de incêndio do Corpo de Bombeiros e o soldado



Micro-ônibus é usado para impedir entrada no 4º Batalhão

-bombeiro Rogério Golin seria responsável para usar a mangueira para afastar as tropas do Bope.

Foi decidido também destituir a guarda externa do Quartel do Comando Geral, que estava operando desde o início do movimento. Fortuna explica o motivo:

— Na hipótese de vir o Bope ou outras forças para nos retirar, nós teríamos que nos cuidar de quem viria de fora e, ao mesmo tempo, teríamos uma guarda armada dentro do quartel, sob nossa retaguarda. Não saberíamos se, de repente, não poderia, inclusive, haver uma reação deles. Então, montamos um plano operacional para que pudéssemos e tivéssemos um mínimo de resistência, para que eles não entrassem. Caso fosse necessário, também havia armas suficientes para fazer isso, pois tínhamos acesso à reserva de armamentos do 4º Batalhão.

A destituição da guarda depois se tornou um dos principais argumentos para expulsá-lo da PM .

Os praças de outros quartéis paralisados, da guarnição do Norte da Ilha e do batalhão de São José, e da Companhia da Guarda, unidade instalada na Penitenciária da Trindade, que não estava em greve, se colocaram à disposição para engrossar a resistência. A ideia dos policiais da Companhia da Guarda era também tomar a reserva de armamentos, caso necessário.

Distante do complexo, o deputado Soares volta ao quartel e assume a negociação diretamente com o comandante-geral para evitar a invasão. A conversa é feita diante das câmeras de televisão. O coronel Rodrigues informa que não existe nenhuma ordem dele para retomar o QCG, mas iria averiguar melhor a informação.

Minutos depois, o coronel retorna a ligação para Soares garantindo que qualquer tentativa de invasão do Bope estava proibida. Em troca, a guarda deveria ser restituída. Rodrigues nunca revelou para Soares quem liderou, se é que existiu, a ação de retomada do quartel.

A possível desocupação por parte de tropas especiais tem outras versões. O coronel Teza, à época presidente da Acors, conta que presenciou uma reunião no Clube Barriga Verde, na Trindade, de um grupo de oficiais que “estavam preparados para ir por conta própria e desocupar os quartéis”, confessa. “Depois o Eliésio achou que a gente estava se reunindo para invadir o quartel. Ao contrário, eu demovi os oficiais, eu e mais alguns, demovemos oficiais mais afoitos”.

Por sua vez, o coronel Schauffert fala de uma reunião realizada durante a tarde do dia 25 na própria casa do comandante-geral com a participação de vários oficiais. “A reunião tinha uma conotação de informalidade porque foi feita em um feriado de Natal na casa do comandante e



todo mundo estava de bermuda”, lembra. “Mas ali, realmente, foi traçada uma estratégia, coordenada pelo comando, para um estudo de retomada dos quartéis. Mas esse movimento acabou abortado. Depois eu fiquei sabendo que o governador tomou conhecimento e determinou que fosse abortado, sob pena de haver perdas de vidas humanas”, assegura o atual presidente da Acors. A reunião de planejamento da ação seria retomada à noite, no Clube Barriga Verde,

conta Schauffert, mas acabou sem assunto para discutir. “Ninguém nem dormiu aquela noite. A reunião não deu em nada, não prosperou. No final, a interferência do governador, desarticulou todas pretensões”.

Um relatório escrito a mão pelo comandante da Academia da Trindade, tenente-coronel João Henrique da Silva, que no dia 25 estava escalado como “supervisor estadual” da Polícia Militar, revela detalhes de uma operação em andamento. Ele informa que “por volta das 19 horas” recebeu determinação do subcomandante-geral, coronel Luiz da Silva Maciel, para chamar todos os oficiais da Academia que não estavam de férias a se apresentarem “armados e equipados” até a meia-noite. Também deveria sustar as férias de todos os cadetes para se apresentarem às 7 horas da manhã do dia seguinte. A ordem também mandava providenciar uma “estrutura para a prisão de policiais militares” e condições para a Corregedoria fazer “lavratura de flagrantes”.

“Tudo foi armado e preparado para atender as determinações”, relata o tenente-coronel. A operação estava marcada para acontecer às três horas da madrugada. Segundo ele, à meia-noite e meia, no mesmo instante que a guarda do QGC era retirada, o comandante da Academia recebe o “recado” do ajudante-de-ordens do comandante-geral de que a operação tinha sido abortada. A maioria dos oficiais chamados passou a noite na Academia.

Tudo indica que naquela noite ninguém dormiu.

Depois desse episódio, Soares passou a se esconder no grêmio do “Bombeiro Central”, no epicentro do movimento, até o final da greve. “Foi o lugar onde eu fiquei mais tempo, porque eu estava girando de um lado para o outro. Esse é outro exemplo de nossa inexperiência, eu devia ter ido morar ali no primeiro dia”, avalia. Nos outros dias, ele alternou sua vigília pelo Sindicato da Saúde, cuja presidente era sua mulher, e nas casas do soldado Antônio Francisco da Silva, no Morro do Céu, do soldado Elizeu Pereira, no Saco Grande, e de sua cunhada, no Estreito.

Dia 26

Se foi o próprio Luiz Henrique da Silveira que abortou o movimento de retomada dos quartéis ou não, o fato é que a cada dia de paralisação que se passava, ele recrudescia o discurso em relação aos diretores da Aprasc. Na sexta-feira 26, ele convocou uma entrevista coletiva com a imprensa e disparou acusações, publicadas nos jornais dia seguinte e veiculados nas TVs no mesmo dia. A cúpula do governo e da segurança pública estava ao seu lado. Além do secretá-

rio da Segurança Pública, Ronaldo Benedet, e do comandante-geral, coronel Eliésio Rodrigues, foram convidados para fazer figuração o subcomandante da PM, coronel Luiz da Silva Maciel, e os coronéis Marlon Teza e Freddy Schauffert.

Luiz Henrique lembrou da relação que construiu com os praças pelo menos desde 2002: “Anistiei os soldados no primeiro ano [de governo em 2003] de um movimento anterior. Por isso eles contavam que poderiam fazer qualquer tipo de baderna que seriam anistiados. Evidentemente, reivindicação nós exaltamos. Agora, baderna, não”. O governador ainda declarou que estava convocando a Força Nacional de Segurança para substituir a tropa paralisada. O pedido ao Ministério da Justiça já havia sido feito e aceito no dia anterior. Os militares da FSN estavam planejados para começar a trabalhar na segunda-feira.

O apelo à Força Nacional contrastava com a guerra de informação entre grevistas e governo sobre o alcance da adesão ao movimento. Enquanto a Aprasc divulgava o número de 34 quartéis fechados, incluindo alguns dos maiores batalhões do Estado, sem apresentar uma porcentagem, o governo dizia que a paralisação não passava de 2% da corporação. Por que, então, convocar a Força Nacional?

Luiz Henrique também declarou que a anistia imediata aos grevistas era “inegociável”. “Se nós não impusermos a disciplina agora, nós não vamos ter condições nunca de impor”, disse na entrevista.

A cobertura da imprensa muda o enfoque da cobertura. Se nos primeiros dias as pautas tratam da paralisação, das reivindicações dos grevistas e das versões de cada lado, a partir do dia 25 a cobertura passa a destacar a sensação de insegurança gerada pela greve.

No entanto, as notícias veiculadas nos telejornais iam de encontro à uma declaração na entrevista coletiva do secretário Benedet. “Por mais paradoxal que seja, do dia 21, quando começou este movimento, até hoje [dia 25], tivemos apenas um homicídio na Grande Florianópolis. Tomara que isso não tenha nenhuma relação, mas o normal é ter um homicídio por dia”.

Notícias sobre um incêndio não atendido no centro de Florianópolis e uma baderna provocada por motoqueiros nas ruas de São Miguel do Oeste sensibilizaram os grevistas. Como policiais e bombeiros, o dever de atender a população falava tão alto quanto o desejo de dignidade salarial.

O cenário pintado pelo líder operacional da greve, sargento Edson Fortuna, era o pior possível: “Os caras endureceram e fecharam o time contra o movimento e não tinha volta. Não haveria nenhum outro encaminhamento que pudesse ser diferente a não ser de eles *ferrarem* com o movimento. Todas as instâncias decisórias do Estado se voltaram contra nós, os poderes Legislativo, Executivo e o Judiciário. Até a própria sociedade, a imprensa e a opinião pública se voltou contra o movimento.”



Governador e cúpula da segurança pública concedem entrevista coletiva para a imprensa

Dia 27

O fim da paralisação era uma questão de tempo. Na manhã de sábado, dia 27, os comandantes de cada portão, as representantes das mulheres e lideranças de outros quartéis paralisados são convocados para avaliar a continuidade do movimento em uma reunião no grêmio do “Bombeiro Central”, dentro do complexo do QGC. Enquanto alguns avaliavam que era o momento de recuar, apostando que a perseguição não seria efetiva, outros defendiam sustentar a greve até a virada de ano.

“Fizemos uma reunião tumultuada com o quórum que foi possível, mal deu tempo para chegar o representante do Norte da Ilha e do 7º Batalhão”, recorda Soares. “Foi ruim a forma e eu avalio que dava para se sustentar, embora eu já tivesse dito, várias vezes, que se tivesse mantido mais dois ou três dias seria diferente”. A aposta de Soares era em um recrudescimento de alguns oficiais contra o movimento, o que, em sua lógica, reverteria a posição da opinião pública.

No mesmo instante em que discutiam a suspensão do movimento, os praças e as mulheres que estavam à frente do QCG são surpreendidos com a tentativa do coronel Freddy Harry Schaufert de entrar na sede do comando para pegar sua farda. Naquele sábado, 27, o coronel estava escalado como supervisor institucional. E foi até o epicentro da greve de bicicleta na tentativa de resgatar seu fardamento. “Eu tinha três fardas operacionais, duas estavam em casa comigo, e uma estava pendurada na minha sala. Foi exatamente por isso que a minha esposa acabou lavando as fardas e eu fui lá buscar essa dita farda no dia 27”, justifica.

Coincidência ou não, uma emissora de TV estava instalando seus equipamentos no mesmo momento do incidente. A invasão gerou bate-boca entre o coronel, as mulheres e alguns praças. Nos inquéritos ele acusou alguns policiais e mulheres de ofendê-lo.

O sargento Fortuna entrou em campo para debelar o incidente, argumentou com o coronel que não poderia abrir um precedente. No final, a capitã Andréa Luiz, uma das guardas do QCG, pegou a farda do coronel e ele pode voltar a trabalhar. Pela presença no episódio, pelo menos três praças foram expulsos da PM. Mais tarde, o próprio coronel teria dito ao sargento Fortuna que eles poderiam ter explorado aquele episódio a favor do movimento, principalmente por causa da presença da equipe de reportagem.

A tensão, portanto, estava instalada dentro e fora da reunião. A defesa pelo fim do movimento partiu principalmente dos subtenentes. As notícias de suposto caos em algumas cidades e a possibilidade de chegada da Força Nacional eram os principais argumentos. Em uma última tentativa para convencer pela continuidade da greve, Soares disse: “Se nós tocarmos, não sei o que vai dar, não sei se nós ganhamos ou perdemos, mas se suspender agora, nós saímos sem nada, nós saímos sem nenhuma garantia e vai gente para a rua. Está preparado para ir para a rua?” As respostas eram de que não existia mais condições físicas de continuar a paralisação. E assim foi



Reunião da Aprasc no auditório da Assembleia Legislativa anuncia fim do movimento grevista

decidido o fim do movimento.

Para consolidar a saída de forma unitária, Soares e Fortuna telefonaram para todas as unidades paralisadas, informaram sobre a decisão e convocaram para uma assembleia da categoria e familiares no auditório da Assembleia Legislativa. Ao deputado Julio Garcia (DEM), então presidente da Alesc, Soares apenas pediu o espaço e algumas horas para a chegada do pessoal até tornar a decisão pública.

Punições e anistia

Uma das principais peças de investigação dos possíveis crimes militares cometidos pelos grevistas foi o Inquérito Policial Militar (IPM) nº 779/2008. O IPM foi aberto pelo comandante-geral da PM, coronel Eliésio Rodrigues, em portaria assinada no dia 30 de dezembro de 2008, segundo dia útil depois da suspensão do movimento. A portaria, no entanto, só foi publicada no Boletim do Comando Geral nº 01, em 6 de janeiro de 2009, designando o corregedor-adjunto, tenente-coronel Flamarion Santos Schieffelbien, como encarregado. Apesar de adjunto, o oficial respondia pela chefia da Corregedoria Geral. Dividido em cinco tomos, totalizando 1.128 páginas, o inquérito serviu para reunir provas materiais e depoimentos dos envolvidos e foi concluído em 17 de abril. A solução do IPM foi dada pelo comandante-geral no dia 28.

O inquérito concluiu que os sargentos Amauri Soares (presidente da Aprasc e deputado estadual) e Edson Fortuna foram os “mandachuva”. No documento, coube aos dois o papel de “organização do motim, com a devida distribuição de responsabilidades às lideranças setoriais”. Foram indiciados por “crime de natureza militar” 15 praças, sendo quatro subtenentes, cinco sargentos, um cabo e cinco soldados. No despacho do coronel Rodrigues, o número aumentou para 16 PMs, incluindo mais um soldado. Com base no relatório desse IPM, foram ainda abertos 24 processos administrativos disciplinares e distribuídos “elogio” para outros 24 militares, entre praças e oficiais, “pelo espírito de solidariedade” e “por terem permanecido segregados pelos manifestantes”.

Apesar de ser uma das maiores, o IPM 779 não foi a única peça a fazer indiciamentos. Conforme informação do coronel Nazareno Marcineiro, atual comandante da PM, no total foram realizados 258 procedimentos, 188 processos administrativos disciplinares (PADs), 40 conselhos de disciplina (CDs) e 30 inquéritos policiais militares (IPMs), no âmbito da Polícia Militar, para investigar a participação dos policiais na greve. No Corpo de Bombeiros, também foram realizados inquéritos.

No mesmo boletim que foi instaurado o IPM 779, foram publicadas as primeiras cinco portarias de criação de conselhos de disciplina para avaliar a “conduta ético-disciplinar”, a “capacidade moral e profissional” e a “conveniência” da permanência do militar na corporação. Nos boletins seguintes novos CDs foram abertos. Como resultados dos 40 conselhos de disciplinas, 18 homens foram excluídos da Polícia Militar e os outros foram punidos com prisões de sete a 30 dias.



A liminar há de ser deferida, pois a decisão elimina por completo a liberdade de manifestação de pensamento



Desembargador Domingos Paludo suspende censura à site

Assim que começava a responder o Conselho de Disciplina, o militar era afastado de suas atividades normais. Normalmente, era transferido para alguma atividade burocrática dentro do quartel ou simplesmente ficava em um sala sem fazer nada durante o expediente.

O primeiro policial a ser expulso por participação no movimento foi o soldado Marcelo Quint da Silva, logo em março de 2009. Como ele tinha menos de 10 anos de serviço na Polícia Militar à época, não foi preciso passar por um conselho de disciplina, conforme determina o Regulamento Disciplinar dos Militares Estaduais (RDPM). Sua exclusão se deu a partir de um processo administrativo disciplinar (PAD) aberto pelo então comandante do 4º Batalhão da PM, o tenente-coronel Newton Ramlow.

Após a saída de Quint, as demais exclusões aconteceram nos anos 2009 e 2010, boa parte durante a chefia do coronel Marlon Teza, que ocupou o cargo de corregedor-geral da PM entre abril de 2009 e maio de 2010. De 2008 até 2010, o coronel também ocupou a presidência da Associação de Oficiais (Acors). Apesar da Corregedoria trabalhar intensamente nesses procedimentos, segundo Teza, sua prioridade não era a punição dos militares grevistas. “A prioridade era a corrupção interna, era o controle interno, podia até ser a do comandante, a minha não era”.

A punição não foi somente contra as pessoas envolvidas na greve. A própria Associação de Praças (Aprasc) também sofreu perseguição do governo. A entidade teve seu *site* (www.aprasc.org.br) censurado pela Justiça no dia 27 de dezembro, a pedido do governo do Estado, quando acabava de encerrar o movimento de paralisação dos quartéis. O pretexto era acabar com o aliamento de motim.

O pedido da Procuradoria Geral do Estado não se restringia ao site. Pedia também a dissolução jurídica da entidade. No entanto, o próprio juiz considerou o pedido “muito forte”. Para burlar a decisão judicial, a Aprasc construiu outra página (aprascnaluta.com.br) para poder continuar a comunicação com a categoria. Mais uma vez, dessa vez a pedido do Comando da Polícia Militar, a Aprasc teve seu site tirado do ar. Na terceira tentativa, a Aprasc conseguiu manter outra página (www.aprascnalutadenovo.com.br) funcionando, apesar das tentativas por parte do governo e da PM.

No início de fevereiro, o desembargador Domingos Paludo, do Tribunal de Justiça, concedeu efeito suspensivo à decisão de primeira instância que obrigou a retirada do site (www.aprasc.org.br) por 90 dias. Citando o artigo 5º da Constituição Federal, o desembargador considerou que o bloqueio da página impedia a Aprasc de se comunicar com seus filiados. “A liminar suspensiva há de ser deferida, pois a decisão interfere duramente a ponto de eliminar por completo a liberdade de manifestação de pensamento”, escreveu.

Paludo também reforçou o direito da Aprasc de livre associação. “A democracia impõe a todos respeito a seus mecanismos de garantia que, quebrados, faz periclitar [ameaçar] o próprio sistema”, concluiu em seu despacho.

O *site* ficou fora do ar durante 35 dias. Durante esse período, o *blog* do jornalista Moacir Pereira, da RBS, publicou frequentemente os comunicados da Aprasc.

Paralelo aos procedimentos de investigação e punição, abriu-se um novo momento de mobilização da Aprasc e do movimento “Mulheres que lutam”.

Diretores de outras associações de praças, de todo o país, foram acionados para ajudar na negociação com o Comando da Polícia, na esperança de que as punições fossem brandas. Muitos deles já tinham experiência em greves realizadas em seus Estados. A solidariedade mútua era uma prática entre eles. Organizados através da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Militares Estaduais (Anaspra), os militares conseguiram uma audiência com o coronel Eliésio Rodrigues e foram, todos, vestidos com a camiseta da Aprasc.

A roupa acabou se tornando uma provocação ao coronel, já que após a suspensão do movimento, o tenente-coronel Flamarion Santos Schieffelbien emitiu nota, por ordem do comandante-geral, de que estava proibida “a entrada e/ou saída de pessoas na área interna das instalações da Polícia Militar, trajando roupas com estampas de associações”. Assinada no final de dezembro de 2008, a nota só foi tornada pública no início de janeiro, e era claramente dirigida à Aprasc.

Vigílias foram instaladas em praças públicas de seis cidades, Florianópolis (Praça Tancredo Neves), Laguna (Praça da República Juliana), Blumenau (Praça Victor Konder), Lages (Praça João Costa), Chapecó (Praça Coronel Bertaso) e São Miguel do Oeste (Praça Cibrazem), com o intuito de ganhar o apoio da sociedade e denunciar as perseguições já em curso.

As vigílias funcionavam como um acampamento 24 horas e serviam como ponto de encontro dos familiares de praças e de visita de personalidades políticas locais: prefeitos e vereadores, nas vigílias do interior, e deputados estaduais da oposição, parlamentares federais e até ministros de Estado, na capital. Foram denominadas por eles mesmos de “Quartel da Liberdade”.

Em março, o então ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, visitou a vigília da capital. Com ele, também estiveram outros políticos catarinenses de destaque em Brasília, como o ministro da Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin e o prefeito de Joinville, ex-deputado federal Carlito Meress.

Pelo menos seis marchas foram realizadas pela mulheres nas ruas do centro de Florianópolis. Todas começavam na vigília e terminavam na frente do Quartel do Comando Geral. Também foram realizados protestos em alguns quartéis quando havia depoimento de militares que respondiam a conselho de disciplina.

Se as vigílias conseguiram êxito ou não, o certo é que a sua existência contribuiu para o fortalecimento da campanha de anistia. Através das vigílias foram conquistadas milhares de assinaturas em abaixo-assinados distribuídos nas seis cidades.

As manifestações de apoio e solidariedade à Aprasc aumentavam a cada dia. Pelo menos 71 entidades, entre elas sindicatos, centrais sindicais e entidades estudantis, assinaram um documento intitulado “Manifesto de apoio à luta da Aprasc”. Quase uma centena de personalidades, políticos e sindicalistas também assinaram. Entre eles, cinco deputados estaduais, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, dois deputados federais, e a senadora Ideli Salvatti (PT), faziam parte da lista.

Ainda em março de 2009, já tenente-coronel da reserva (aposentado), Alvir Schneider divul-



ga uma nota pública criticando o coronel Eliésio Rodrigues e o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Ele não alivia: “A tentativa do atual governo catarinense e do comando da PMSC, de criminalizar a Aprasc e seus dirigentes, é uma afronta aos mais basilares princípios de democracia, de liberdade e do próprio direito. É uma apologia à tirania e à ilegalidade. É uma afronta à Constituição, à história e à humanidade.”

Nesse período, Schneider exercia o cargo de coordenador da Defesa Civil de Joinville. Já tinha sido presidente da Associação de Oficiais Militares (Acors), comandante do 8º Batalhão de Joinville e subcomandante da 5ª Região Policial Militar. A nota fez que Schneider e Rodrigues mais uma vez se desentendessem e, como subordinado, o tenente-coronel levou a pior. “Esse documento me rendeu um inquérito e um processo na Justiça Militar. Sentei no banco dos réus várias vezes por causa disso”, recorda. A atitude de Schneider tornou pública, pela primeira vez, a opinião de um oficial superior contrário às punições e a favor da anistia.

Enquanto a assessoria jurídica da Aprasc tentava na Justiça a reversão das punições e exclusões, a Aprasc buscava no Congresso Nacional a edição de uma lei federal de anistia. O sargento Manoel João da Costa liderou diversas caravanas para Brasília durante todo o ano de 2009 e o início de 2010. A diretoria da Anaspra também entrou em peso nas tratativas pela confecção de uma lei para anistiar militares de todo o país.

Na Assembleia Legislativa catarinense, o deputado e sargento Amauri Soares, ainda no PDT, apresenta, em setembro de 2009, um projeto de lei concedendo anistia aos militares catarinenses. O PL adormece por mais de um ano na gaveta do deputado Elizeu Mattos (PMDB), líder do governo à época, até ser arquivado em dezembro de 2010.

A campanha da anistia ganha repercussão nacional e envolve militares de outros estados. Caravanas de várias partes do Brasil vão à Capital Federal pressionar os congressistas. O projeto original, do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que anistiava apenas os militares grevistas do Rio Grande do Norte, ganha várias emendas no Senado e na Câmara. Em dezembro de 2009, o Congresso aprova projeto de lei concedendo anistia para policiais e bombeiros militares de nove unidades da federação, incluindo Santa Catarina, punidos por participarem de movimentos reivindicatórios. A Câmara dos Deputados aprova no dia 16, e o Senado, dia 17. Só faltava o presidente assinar.

Por dois dias, praças de Santa Catarina, Mato Grosso, Minas Gerais, Roraima, Rio Grande do Norte e Bahia acamparam em frente à sede provisória do governo federal, no Centro Cultural do Banco do Brasil em busca da sanção da anistia. A Lei nº 12.191, finalmente, foi sancionada pelo presidente Lula em 13 de janeiro de 2010.

Apesar do sentimento de vitória, os praças de Santa Catarina continuavam sem motivo para comemorar. O governador Luiz Henrique da Silveira se negava a cumprir a Lei de Anistia. Mes-

mo depois da lei federal, ainda havia policiais recebendo a punição de expulsão.

Durante viagem de dez dias do titular, entre janeiro e fevereiro de 2010, o governador interino e presidente do Tribunal de Justiça à época, desembargador João Eduardo Sousa Varella, entra com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a lei no Supremo Tribunal Federal.

Por meses o argumento do governo de que a lei estava em suspeição serviu para não se aplicar a anistia em Santa Catarina, enquanto em outros estados os militares eram reintegrados às suas corporações.

Raimundo Colombo foi eleito governador em 2010, na época pelo partido Democratas (DEM), e a campanha de anistia seguiu durante todo o ano de 2011. Apesar de já estar em vigor um novo governo, com novo comandante-geral, o coronel Nazareno Marcineiro, a situação no quartel ainda era tensa. A motivação da tropa era baixíssima. Seria quase impossível para os novos gestores aplicar sua política de segurança pública com policiais e bombeiros militares desmotivados.

A situação começou a mudar quando o número dois do governo, o então secretário da Casa Civil, Antônio Ceron, recebeu diretores da Aprasc para reunião. Nessa conversa, Ceron deixou claro que a anistia era desejo do governador, mas o que estava impedindo era o *lobby* de um grupo de oficiais que temiam ter o poder questionado novamente.

A anistia começou a se tornar realidade quando diretores da Aprasc e da Acors começaram a se reunir, em uma relação mais amistosa, para construir uma agenda em comum e diminuir o fosso que separava oficiais e praças.

O estopim foi a declaração do presidente da Acors, coronel Fred Harry Schaufert, em 15 de novembro, para a coluna Visor, do *Diário Catarinense*, de que a realização da anistia era importante naquele momento para apaziguar a corporação. Segundo o jornal, Schaufert sustentava sua tese na legislação federal e “no histórico de outras quarteladas brasileiras”. O posicionamento público de um oficial superior da ativa, e ainda representante classista, foi decisivo para fortalecer a posição de outros oficiais a favor da anistia.

— A gente via que tinha descontentamentos entre oficiais e praças, o ambiente não era saudável, salutar. Ficou um mal estar, ficou mal resolvido. Existia uma corrente de oficiais que era contrária e uma outra que era favorável, se notava isso drasticamente. Tinha praças que se sentiam mal naquele ambiente — recorda Schaufert.

A nota colocou o comandante-geral da PM em um impasse: ou aceitava a anistia, fazendo a vontade do governador de ficar com esse mérito, ou poderia ser empurrado a deixar o comando para outro coronel que faria a anistia. Ele ficou com a primeira opção.

Em entrevista, o coronel Nazareno explica porque resolveu abraçar a anistia: “O que aconteceu foi que toda a conjuntura conduzia para aquele resultado. Tinha uma lei federal que anistiava todos os militares do Brasil, que tinham recebido aquele tipo de punição e exclusão. Por outro



A gente via descontentamentos entre oficiais e praças, o ambiente não era saudável. Ficou mal resolvido



Coronel Fred Harry Schaufert, sobre a situação nos quartéis



Cerimônia de reintegração à corporação dos 18 policiais militares excluídos por participação na greve de 2008

lado, havia toda uma comoção social decorrente da situação pela qual passavam as famílias dos policiais militares. E havia um movimento político bastante direcionado a favor da anistia. Como quem teria que lidar com os policiais anistiados seriam nós mesmos, reuni um conselho de coronéis da corporação, e nós decidimos pela concessão da anistia”.

Convencido, o comandante-geral convocou para o dia 22 de novembro de 2011 uma reunião do Conselho Estratégico, instância que reúne todos os coronéis da ativa da Polícia Militar. O coronel Schauffert foi escolhido para apresentar parecer favorável à anistia. Dos 22 coronéis presentes, apenas dois votaram contra em um primeiro momento. Em uma segunda votação, os dois reformularam o voto e o apoio da anistia acabou sendo unânime. As resoluções do conselho são divulgadas via *Twitter*.

Na versão de Schauffert, o comandante-geral teve que “engolir” a anistia. De forma vacilante, ele diz que os comandantes-gerais costumam decidir sozinhos e quando convocam o Conselho Estratégico não têm o hábito de aceitar a decisão. “Tem comandante que reúne o conselho de coronéis, mas não acatam. Raras vezes, uma delas foi na anistia, que ele se viu obrigado a reunir e teve que engolir aquilo. Os comandantes são muito absolutistas”, reconhece.

Para comemorar e ficar na história como mentor, o coronel Nazareno Marcineiro participou de uma assembleia da Aprasc para informar o envio de projeto de lei de anistia para o Legislativo. Foi a primeira vez, na história da entidade, que um comandante-geral participava de uma assembleia da categoria. “Quero colocar de uma vez por todas um ponto final nessa história”, disse à época. O comandante foi aplaudido de pé e chegou a chorar com a emoção do momento.

Com a situação resolvida dentro da caserna e para dar segurança jurídica, por causa da ADI, o governo apresentou projeto de lei complementar na Assembleia Legislativa com conteúdo parecido ao da lei federal. O texto foi aprovado por unanimidade em 8 de dezembro de 2011. No dia 23 de janeiro de 2012, o governador Raimundo Colombo sanciona a Lei Complementar n^o 555 — 740 dias depois da lei federal.



Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
disciplina de Projetos Experimentais
ministrada pela Prof^a Gislene Silva
no segundo semestre de 2013
Orientador: Prof^o Ms. Ricardo Barreto
Fotos: Alexandre Silva Brandão,
José Luis Rosa Cibils, Arquivo Aprasc

Florianópolis, Dezembro de 2013

